demonstrações financeiras **2020**

TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS CNPJ nº 01.832.635/0001-18

www.latam.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A TAM S.A. é uma *holding* que detém o controle da TAM Linhas Aéreas S.A., que, por sua vez, é uma das líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil e apresenta em 05 de março de 2021, as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A TAM S.A. ("TSA" ou "Companhia") refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, à aquisição e ao financiamento de aeronaves, à captação de recursos e ao desenvolvimento de atividades de agenciamento de viagens e turismo. Em 2020, transportamos aproximadamente 15,9 milhões de passageiros, com "load factor" (taxa de ocupação) de 79,6% nos voos do mercado doméstico brasileiro e de 71,2% nos voos internacionais operados entre o Brasil e destinos nas Américas, na Europa e na África do Sul.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020: A receita líquida apurada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 9,4 bilhões, comparada com R$ 20,4 bilhões registrados no ano anterior. A queda expressiva da receita é reflexo da pandemia do Covid-19 (Coronavírus) que afetou o mercado mundial. Em função da rápida disseminação do novo Coronavírus pelo mundo e da decretação da pandemia de Covid-19 pela OMS (Organização Mundial da Saúde), em 11 de março de 2020, verificamos vários países fechando fronteiras terrestres, marítimas e aquáticas para reduzir a propagação do vírus, sendo o setor aéreo um dos primeiros a serem afetados. Como consequência, o resultado obtido pela Companhia apresenta uma queda sem precedentes, passando de um lucro líquido de R$ 704 milhões em 2019 para um prejuízo líquido de R$ 5,6 bilhões em 2020. Verificamos uma forte desvalorização do real perante o dólar, aumento do desemprego, aumento da inflação e queda no crescimento do PIB antes almejado, reformas não aprovadas pelo governo, dentre outros pontos que afetam diretamente a economia brasileira e consequentemente os planos e resultados da Companhia. Subitamente, deparamo-nos com a maior crise da história da aviação mundial, com queda drástica de reservas, voos e receita, tendo sido necessário agir imediatamente com medidas para assegurar a sustentabilidade da Companhia no longo prazo, e para proteger a sua liquidez por meio da negociação com principais fornecedores, alinhamento com Sindicatos redução temporária de salários, licença não-remunerada voluntária de funcionários e negociação com governo para postergação do pagamento de tributos. Adicionalmente, reavaliamos a nossa malha aérea regular com o intuito de ajustar a operação da Companhia à nova demanda por voos. Foi necessário rever todo o planejamento. Diagnosticamos que a crise seria mais longa do que o inicialmente previsto e, em maio de 2020, com o intuito de preservar e fortalecer os negócios do Grupo LATAM Airlines no futuro, a Companhia ingressou no processo de reorganização voluntária sob as regras do "Chapter 11" nos EUA, buscando a reestruturação do seu endividamento e a readequação de sua frota, mediante um processo judicial sem que tal medida afete as operações comerciais do Grupo LATAM. Inicialmente, o processo englobou somente as subsidiárias do Grupo LATAM no Chile, Peru, Colômbia, Equador e EUA. Em junho de 2020, no entanto, anunciamos o fim das operações domésticas na Argentina e, em julho de 2020, a subsidiária LATAM Brasil foi incluída no processo de "Chapter 11". Adicionalmente, foi necessário avaliar com detalhes as possíveis perdas contábeis oriundas do novo cenário, para a correta apresentação dos resultados. Como consequência deste trabalho, foram tempestivamente reconhecidas baixas conforme observadas nas demonstrações financeiras. Apesar da forte turbulência, tivemos boas notícias, como a aprovação no Brasil junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 18 de setembro, para a proposta de acordo comercial ("trans-American Joint Venture Agreement" ou "JVA") entre Delta Air Lines e a LATAM Airlines Group S.A, o que representou a primeira aprovação para o acordo entre a Delta e a LATAM desde que ele foi assinado, em maio de 2020. Seguimos voando cada vez mais longe em 2020, concluindo uma megaoperação inédita de 45 voos da China ao Brasil em parceria com os setores público e privado para transportar 250 milhões de máscaras cirúrgicas N95, monitores, respiradores e outros insumos hospitalares. Agora, já no início de 2021, voltamos para a China para trazer ao Brasil uma remessa de 5,4 mil litros de IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) para que o Instituto Butantan possa produzir mais 8,6 milhões de doses da CoronaVac. De forma inovadora, chegamos a adaptar, ainda no primeiro semestre de 2020, a operação do nosso Centro de Manutenção, em São Carlos (SP), para produzir quase 900 protetores faciais (máscaras *face shield*) e 64 mil máscaras TNT (Tecido Não Tecido) doadas para hospitais. Sabemos que, na condição de maior Companhia Aérea da América Latina, temos de estar ao lado das pessoas em todos os momentos, inclusive durante a pandemia de Covid-19. Por isso, nosso Programa Avião Solidário, que há 9 anos beneficia a América Latina, também voou longe e realizou diversos transportes humanitários em 2020, somando mais de 150 toneladas de alimentos doados, medicamentos, testes, álcool em gel, máscaras, luvas e respiradores para todas as regiões do Brasil. Até fevereiro de 2021, o Avião Solidário da LATAM já havia transportado mais de 2,5 milhões de vacinas contra a Covid-19 somente dentro do Brasil. Desde 23 de março de 2020, o Avião Solidário da LATAM foi também o responsável pelo transporte sem custos de mais de 900 profissionais da saúde no Brasil, permitindo que médicos, enfermeiros e demais especialistas envolvidos no combate à pandemia continuem contando com isenção total da tarifa aérea, pagando apenas a taxa de embarque. Mais recentemente, em janeiro de 2021, o Avião Solidário da LATAM transportou 69 toneladas de insumos médicos, cilindros de oxigênio e respiradores para Manaus (AM). Para cuidar de nossos passageiros, adotamos e comunicamos desde março de 2020 todas as medidas de biossegurança recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades sanitárias dos países onde operamos. Adotamos o uso obrigatório de máscaras, oferecemos flexibilidade comercial para quem precisou alterar seu voo com tranquilidade e mantivemos atualizados constantemente em nossos canais de comunicação informações como a das regras e restrições governamentais de diversos países para o acesso de passageiros em voos internacionais. Enfatizamos em todos nossos canais de comunicação as inovações tecnológicas que asseguram um voo ainda mais seguro. Toda a frota da LATAM está equipada com filtros HEPA (High Efficiency Particulate Arrestance), que renovam o ar a bordo a cada 3 minutos e removem 99,97% das partículas, incluindo vírus e bactérias. Em 2020, a LATAM também foi a primeira companhia aérea da América Latina a produzir um robô autônomo para limpar as aeronaves com raios ultravioletas (UV), reforçando ainda mais a higiene a bordo. Além disso, o passageiro que embarca com a companhia nos aeroportos de Congonhas, Santos Dumont, Vitória ou Florianópolis passou realizar o check-in remoto, disponível por videoconferência e sem contato físico. Mais recentemente, a partir de fevereiro de 2021, essa inovação também está disponível nos aeroportos de Curitiba, Navegantes e Cuiabá. Em 2021, a LATAM permanecerá retomando de forma gradual seus voos, com muito equilíbrio entra a oferta de assentos e a real demanda por viagens aéreas, sempre privilegiando a segurança e o cuidado com os seus clientes e colaboradores, assim como a manutenção da sua liderança mundial em pontualidade, conquistada de forma contínua desde 2018. A Companhia está focada em maximizar a sua eficiência para se tornar um Grupo mais ágil, simples e competitivo. Acreditamos que cuidar com responsabilidade das nossas pessoas e operação para seguirmos olhando para o futuro é o que nos faz voar.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**34.261**	1.001	**1.234.058**	1.286.509
Aplicações financeiras	7	**-**	1.704	**368**	1.540.026
Caixa restrito	8	**-**	-	**50.893**	5.417
Contas a receber	9	**5**	5	**7.801.942**	7.421.347
Estoques	10		-	**775.387**	813.276
Tributos a recuperar	11	**11.327**	14.000	**298.437**	523.101
Outros ativos financeiros		**-**	-	**-**	83.877
Adiantamento a fornecedores	12	**-**	-	**690.709**	1.054.697
Outros créditos		**-**	-	**91.773**	192.640
Demais contas a receber	13	**212**	179	**2.677.130**	2.040.398
Ativos disponíveis para venda		**-**	-	**789**	5.577
		45.805	16.889	**13.621.486**	14.966.865
Não circulante					
Caixa restrito	8	**-**	-	**18.447**	34.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	**-**	-	**-**	951.935
Depósitos judiciais	15	**195**	92	**748.478**	946.358
Tributos a recuperar	11	**-**	-	**74.827**	-
Outros créditos		**-**	-	**135.232**	79.416
Demais contas a receber	13	**10**	10	**1.273**	2.132
Investimentos	16	**76.483**	3.589.372	**-**	-
Imobilizado	17	**11**	24	**3.303.704**	3.373.432
Intangível	18	**-**	-	**332.257**	708.347
		76.699	3.589.498	**4.614.218**	6.096.430
Total do ativo		**122.504**	3.606.387	**18.235.704**	21.063.295

Passivo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	**-**	-	**1.562.433**	-
Arrendamento mercantil	20	**-**	-	**1.081.673**	915.673
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**3**	16.003	**493.750**	610.205
Fornecedores	21	**389**	349	**8.706.835**	7.565.284
Salários e encargos sociais		**22**	24	**440.355**	712.191
Receitas diferidas	22	**-**	-	**3.017.486**	3.508.926
Impostos a recolher		**-**	1.764	**96.210**	222.218
Provisão para manutenção		**-**	-	**1.733.893**	797.985
Outros adiantamentos		**-**	-	**56.454**	533.181
Demais contas a pagar		**-**	-	**138.434**	49.275
		414	18.140	**17.327.523**	14.914.938
Não circulante					
Arrendamento mercantil	20	**-**	-	**667.218**	791.961
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	**-**	**-**	**2.055.243**	1.174.145
Empréstimos a pagar - mútuos	25	**2.978**	2.978	**10.512**	8.822
Provisão para manutenção		**-**	-	**109.394**	546.326
Provisão para perdas com investimento	16	**2.082.466**	-	**-**	-
Dividendos a pagar		**858**	858	**858**	858
Outros adiantamentos		**-**	-	**25.321**	35.663
Demais contas a pagar		**-**	-	**137**	113
		2.086.302	3.836	**2.868.683**	2.557.888
Total do passivo		**2.086.716**	21.976	**20.196.206**	17.472.826
Patrimônio líquido	24				
Capital social		**3.972.351**	3.972.351	**3.972.351**	3.972.351
Reserva de capital		**(937.876)**	(937.876)	**(937.876)**	(937.876)
Prejuízos acumulados		**(5.636.393)**	(94.043)	**(5.636.393)**	(94.043)
Ajuste de avaliação patrimonial		**637.706**	643.979	**637.706**	643.979
		(1.964.212)	3.584.411	**(1.964.212)**	3.584.411
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**3.710**	6.058
Total do passivo e do patrimônio líquido		**122.504**	3.606.387	**18.235.704**	21.063.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita operacional líquida	26	**-**	-	**9.372.343**	20.363.075
Custo dos serviços prestados	27	**-**	-	**(11.158.447)**	(16.693.217)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		**-**	-	**(1.786.104)**	3.669.858
Despesas com vendas	27	**-**	-	**(901.614)**	(1.610.221)
Despesas gerais e administrativas	27	**(2.271)**	(1.377)	**(1.083.546)**	(749.898)
Resultado de reestruturação	28	**-**	-	**119.623**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	**-**	-	**(682.169)**	62.246
Lucro (prejuízo) operacional		**(2.271)**	(1.377)	**(4.333.810)**	1.371.985
Receitas financeiras	29	**741**	646	**117.807**	151.878
Despesas financeiras	29	**(188)**	(15.476)	**(452.416)**	(250.649)
Variação cambial líquida	29	**(48)**	(7)	**49.582**	(284.400)
Resultado de equivalência patrimonial	16	**(5.542.081)**	701.847	**-**	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(5.543.847)**	685.633	**(4.618.837)**	988.814
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	14	**-**	(6.632)	**26.482**	(218.635)
Diferido	14	**-**	-	**(951.935)**	(66.180)
Lucro (prejuízo) do exercício		**(5.543.847)**	679.001	**(5.544.290)**	703.999
Atribuído aos:					
Acionistas controladores				**(5.543.847)**	679.001
Acionistas não controladores				**(443)**	24.998
				(5.544.290)	703.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro (prejuízo) do exercício	**(5.543.847)**	679.001	**(5.544.290)**	703.999
Item a ser reclassificado para o resultado em exercício subsequente:				
Ganho (perda) na conversão investimentos	**42.510**	(103)	**-**	-
Ajuste da conversão do balanço	**-**	-	**43.169**	(410)
Hedge de fluxo de caixa	**(47.286)**	103.562	**(47.286)**	103.562
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	**(5.548.623)**	782.460	**(5.548.407)**	807.151
Atribuído aos:				
Acionistas controladores			**(5.548.623)**	782.460
Acionistas não controladores			**216**	24.691
			(5.548.407)	807.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Capital: Ações em tesouraria	Reserva de Capital: Ágio na emissão de ações	Reserva de Capital: Plano de remuneração baseado em ações	Reserva de Capital: Ágio na aquisição de participação acionária	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido (consolidado)
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.980.899	(7.603)	74.947	60.672	-	(736.620)	542.019	1.914.314	84.381	1.998.695
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	679.001	-	679.001	24.998	703.999
Ganho na conversão de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	(103)	(103)	(307)	(410)
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	103.562	103.562	-	103.562
Ágio na aquisição de participação de não controladores		-	-	-	-	(1.071.309)	-	-	(1.071.309)	-	(1.071.309)
Aquisição na participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(100.903)	(100.903)
Recompra de ações remanescentes em circulação		-	(47.927)	-	-	-	-	-	(47.927)	-	(47.927)
Cancelamento de ações em tesouraria por incorporação		-	52.976	-	368	-	(47.927)	-	5.417	-	5.417
Cancelamento de plano de remuneração baseado em ações		-	-	-	-	-	10.004	-	10.004	-	10.004
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	1.499	(1.499)	-	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.111)	(2.111)
Integralização de capital	25	1.991.452	-	-	-	-	-	-	1.991.452	-	1.991.452
Em 31 de dezembro de 2019		**3.972.351**	**(2.554)**	**74.947**	**61.040**	**(1.071.309)**	**(94.043)**	**643.979**	**3.584.411**	**6.058**	**3.590.469**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.543.847)	-	(5.543.847)	(443)	(5.544.290)
Ganho na conversão de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	42.510	42.510	659	43.169
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	(47.286)	(47.286)	-	(47.286)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	1.497	(1.497)	-	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.564)	(2.564)
Em 31 de dezembro de 2020		**3.972.351**	**(2.554)**	**74.947**	**61.040**	**(1.071.309)**	**(5.636.393)**	**637.706**	**(1.964.212)**	**3.710**	**(1.960.502)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro (prejuízo) do exercício		(5.543.847)	679.001	(5.544.290)	703.999
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	951.935	66.180
Depreciações e amortizações	27	13	13	400.878	463.545
Resultado na alienação do imobilizado e intangível			-	241.316	62.693
Perda no valor recuperável de intangível		-	-	287.171	-
Juros, atualizações monetárias e variações cambiais sobre ativos e passivos		48	-	345.575	416.322
Ganho (perda) de equivalência patrimonial	16	5.542.081	(701.847)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9	-	-	84.060	68.198
Provisão para perda de disponíveis para venda		-	-	-	5.354
Provisão para perda de estoques	10	-	-	17.800	25.831
Reversão para manutenção		-	-	620.427	(119.361)
Provisão para contingência	23	-	-	960.940	378.339
Provisão para perdas com tributos		-	-	94.961	-
Resultado com a reestruturação		-	-	(119.624)	-
Resultado não realizado com derivativos		-	-	322.786	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14	-	6.632	(26.482)	218.635
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	9	-	-	302.341	(905.064)
Estoques	10	-	-	(16.540)	(366.625)
Caixa restrito	8	-	-	(11.529)	3.181
Tributos a recuperar	11	2.707	8.468	16.115	75.563
Depósitos judiciais	15	(103)	63	207.787	(90.611)
Fornecedores	21	(8)	22	398.885	1.110.547
Salários e encargos sociais		(2)	11	(559.832)	99.941
Impostos a recolher		(36)	(8.121)	136.295	(22.292)
Impostos pagos		(1.762)	(605)	(236.907)	(113.222)
Receitas diferidas		-	-	(491.439)	534.314
Pagamentos de contingências	22	-	-	(219.506)	(276.074)
Recebimento/Pagamento de prêmio de hedge		-	-	(286.195)	-
Adiantamento de clientes		-	-	(487.067)	500.734
Adiantamento de subarrendamento		-	-	751.508	(890.906)
Outras contas a receber de partes relacionadas		-	-	-	1.686.609
Outros ativos e passivos líquidos		(33)	(8.443)	(51.965)	(330.649)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais		(942)	(24.806)	(1.910.596)	3.305.181
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas		-	(32.491)	-	-
Aplicações financeiras	7	1.704	1.508	1.539.658	(305.027)
Aquisições de imobilizado	17	-	-	(525.779)	(785.088)
Aquisições de ativos intangíveis	18	-	-	(24.058)	(284.826)
Recebimento de dividendo e JSCP		48.498	39.949	-	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		50.202	8.966	989.821	(1.374.941)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aquisição de participação acionária		-	-	-	(1.139.217)
Recompra de ações remanescentes em circulação (*squeeze out*) e ações em tesouraria		-	-	-	(65.499)
Captação de empréstimos	19	-	-	1.453.688	-
Captação (pagamento) de empréstimos a partes relacionadas	25	(16.000)	15.888	(343.734)	160.000
Recebimento (pagamento) do prêmio de *Hedge*		-	-	-	(4.840)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		-	-	(2.564)	(2.111)
Juros pagos		-	-	(45.318)	(40.049)
Amortização de arrendamentos financeiros		-	-	(259.839)	(426.553)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(16.000)	15.888	802.233	(1.518.269)
Efeito cambial da conversão de balanço		-	-	66.091	(410)
Variação total caixa e equivalentes de caixa		33.260	48	(52.451)	411.561
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.001	953	1.286.509	874.948
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		34.261	1.001	1.234.058	1.286.509
Variação total caixa e equivalentes de caixa		33.260	48	(52.451)	411.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

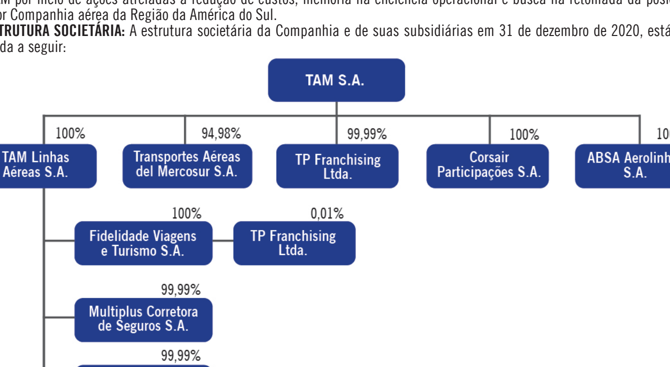
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, e é uma subsidiária integral da LATAM Airlines Group S.A. ("Grupo" ou "LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea, o qual oferece serviços de transporte de passageiros e cargas para cerca de 112 destinos, em 16 países, com uma frota de aeronaves Boeing 767, 777, 787, A321, A320, A320neo e A319 e conta com aproximadamente 29 mil funcionários em suas operações para continuar a ser a maior e melhor companhia de aviação da América do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias. As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o *ticker* LTM. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE"). As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") e ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), operam principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros, cargas e malas postais, no território brasileiro e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas, ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas. A TLA e a ABSA, bem como as demais subsidiárias da Companhia, têm por objeto social ainda: • Explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais; • Prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; • Hangaragem de aviões; • Atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; • Prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica; • Realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas; • Compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos; • Desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; • Importação e exportação de óleo lubrificante acabado; • Desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelidade; • Comercialização de direitos de resgate de prêmios; e • Armazenamento e depósito de produtos sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Ática, 673, 6º andar, sala 61, Jardim Brasil, São Paulo, SP. **1.1. Fatos relevantes e estrutura de capital da Companhia:** A rápida disseminação da Covid-19 (Corona vírus), que se iniciou na China e se alastrou para o resto do mundo, e a decretação da pandemia pela OMS (Organização Mundial da Saúde), em 11 de março de 2020, teve grandes impactos na economia mundial. Os países começaram a impor restrições ou fechamento integral de fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, medidas de distanciamento social, fechamento de atividades não essenciais, fechamento temporário de locais de viagens de turismo, entre outras medidas, com o intuito de diminuir a propagação da doença que teve, como consequência, a redução significativa de demanda por viagens aéreas corporativas e a lazer, colocando o setor aéreo de transporte de passageiros num estágio de emergência sem precedentes na história da indústria. Em 02 de março de 2020, houve o cancelamento temporário da rota de voo para Milão e, com a decretação de estado de pandemia, o restante da malha internacional foi afetado, com muitos cancelamentos/remarcações e queda constante da taxa de ocupação e finalmente culminando com impacto na malha doméstica. Como resultado, em 16 de março de 2020, a LATAM Airlines e suas afiliadas, incluindo a TLA, anunciaram a redução da capacidade em aproximadamente 95% do total de operações, correspondendo 98% às operações internacionais e 90% às operações domésticas. Em alguns países, como é o caso da Argentina, Colômbia, Equador e Peru, as fronteiras estavam completamente fechadas, incluindo o transporte aéreo doméstico. Tal medida impactou diretamente na receita da TLA, que pré-Covid19 operava aproximadamente 750 voos diários, com 161 aeronaves em uso e que, em 2019, a Companhia transportou mais de 37 milhões de passageiros. Diante dessas circunstâncias extremas e da incerteza do período da redução da demanda devido a pandemia, a Companhia focou todos os esforços na manutenção de sua liquidez, de suas operações mínimas e fortalecimento de sua posição financeira. Em resposta, a Companhia adotou medidas com o intuito de proteção da estrutura de caixa como segue: • Extensão de prazo de pagamento com os principais fornecedores para novas dívidas; • Postergação de pagamento de impostos (PIS, COFINS e INSS), conforme portaria 139/2020 de 03/04/2020; • Postergação de pagamento das outorgas dos aeroportos concedidos, conforme MP925/20 de 18/03/2020; • Diminuição dos investimentos em Capex, em andamento, como projetos de remodelação das frotas; • Redução de salários de funcionários por 9 meses, devidamente negociado com os Sindicatos locais; • Concessão de licença não-remunerada para os colaboradores; • Abertura de Programa de Demissão Voluntária. Adicionalmente, como medida de reforço do caixa e de sua posição de liquidez, a Companhia contratou empréstimos junto aos bancos Bradesco e Banco do Brasil, no valor total de R$ 1.453 bilhões. Em decorrência da parada significativa das operações, foi verificado a necessidade de revisão de toda a composição da malha operacional vigente, tal revisão correspondeu: (i) Alteração nos horários das decolagens, e (ii) Análise da quantidade de voos ofertados, com o intuito de ajustar a operação da Companhia à nova demanda esperada. Dessa forma, apreciamos a evidência de redução ou perda do valor recuperável dos ativos e, conforme preconizam as normas contábeis, a Companhia realizou análise de recuperabilidade de seus ativos em todos fechamentos mensais, tendo os principais impactos no fechamento de cada trimestre conforme a seguir: • Primeiro Trimestre: Como impacto da revisão e redefinição da malha aérea, a Companhia entendeu que o ativo de "direito de uso dos slots", advindos da Avianca, deixou de ser identificável e os fluxos de caixa esperados tornaram-se incertos, perdendo, portanto, característica do ativo intangível. Adicionalmente, a Companhia não possui elementos para determinar de forma razoável quando será capaz de produzir lucro tributável, afetando diretamente a realização do ativo fiscal diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados. Portanto, a Administração concluiu que houve redução substancial do valor registrado na presente data e optou pelo reconhecimento integral no resultado do período do "direito de uso dos slots" (Nota 18) e do Ativo fiscal diferido (Nota 14). • Segundo Trimestre: Verificamos no período, que o cenário continuava incerto quanto: (i) Indefinição quanto a malha doméstica e internacional futura e geração de receitas tributáveis; (ii) Tempo de retomada dos mercados e da demanda; (iii) Limitações orçamentárias por parte dos estados em razão da queda da atividade empresarial. Conforme divulgado nas demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos valores a recuperar oriundos do acúmulo de ICMS nas operações de transporte aéreo e, devido a manutenção da crise, a Companhia não tem clareza sobre a continuidade de determinadas rotas que são basilares para a geração de receita sujeita a incidência de determinado tributo. Diante da falta de capacidade de gerar débito de ICMS para consumir o crédito disponível no horizonte de cinco anos, a companhia registrou uma provisão para cobrir os saldos acumulados de períodos passados. Por essa mesma razão e diante da incerteza que envolve a retomada dos voos internacionais, a Companhia também registrou uma provisão para cobrir os saldos de IVA México no valor de R$ 17.875 (imposto sobre valor agregado) acumulados em determinado período em sua filial mexicana (Nota 11). • Terceiro Trimestre: Não foi verificado indícios relevantes de perda no valor recuperável em outros ativos que antes já apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias emitidas em março 2020 e junho 2020. • Fechamento anual e impactos quarto trimestre: A Companhia encerrou o ano de 2020, com redução da capacidade em aproximadamente 68% do total das operações, sendo 88% referente a operação internacional e 65% a operação doméstica. Verificamos a retomada no quarto trimestre das atividades domésticas de forma mais significativa, com aumento de 15.645 voos realizados no terceiro trimestre versus 30.499 voos realizados no quarto trimestre (aumento de 95%). Para os voos internacionais verificamos o incremento de novas rotas onde verificamos aumento de 305 voos realizados no terceiro trimestre versus 883 voos realizados no quarto trimestre (aumento de 190%). Sob a perspectiva de liquidez, foi possível principalmente pelos empréstimos obtidos e entrada no *Chapter* 11 manter níveis saudáveis de caixa durante o período, preservando, quase que em sua integralidade, a posição inicial. Apesar da recuperação crescente da demanda no mercado doméstico, persistência da pandemia com o início da segunda onda, fazendo com que grandes nações da Europa, como Alemanha, Itália, Dinamarca, Reino Unido decretarem novas regras de *lockdown*, o surgimento de novas cepas que ocasionou o cancelamento temporário dos voos para o Reino Unido, obrigatoriedade de exame PCR para viagens internacionais, ainda trazem muita incerteza frente ao futuro imediato. De fato, a estratégia da Companhia está baseada no retorno das operações de forma ordenada, segura e impecável, sempre privilegiando a segurança e o cuidado com os clientes e colaboradores, assim como a manutenção da liderança mundial da pontualidade alcançada em 2018 e 2019 e a regularidade das operações. A Companhia está focada em maximizar a eficiência do grupo com o intuito de ser mais ágil, simples e competitiva em custos. Corroborando os fatos acima e diante do cenário de incerteza, para o encerramento de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou novamente a análise de redução ou perda do valor recuperável dos ativos conforme preconizam as normas contábeis, onde foram identificadas perdas no valor recuperável nos ativos abaixo: • IVA TLA Argentina e Transportes Aéreos Mercosur Argentina: devido à ausência do plano de recuperabilidade do crédito e incerteza da retomada dos voos, foi contabilizada a baixa de R$ 10,6 milhões e R$ 2,5 milhões respectivamente; • Descontinuação de frota: Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma análise do plano de frota, o qual foi discutido sobre a descontinuação de frota da Companhia, a expectativa é que tenha diminuição de frotas em 2021.O valor dessa análise é referente a componentes rotáveis, sendo provisionado o montante de R$ 95 milhões. Teste de *Impairment*: Decorrente aos impactos do COVID-19 e os indícios de sinais de deterioração levaram a Companhia a efetuar análise de *Impairment*. Os sinais de deterioração identificados foram: aumento da incerteza (no que diz respeito à situação econômica e sanitária, à duração da crise, ao prolongamento do encerramento das operações, entre outros), ao aumento das taxas de juros de mercado e à diminuição da operação. O valor recuperável da UGC (Unidade Geradora de Caixa) foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa pós-impostos de 5 anos com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Os fluxos de caixa além do período orçado são extrapolados usando taxas e volumes de crescimento médio estimados, que não excedem as taxas de crescimento médio de longo prazo. As projeções de fluxo de caixa estimadas pela Administração incluem julgamentos e premissas significativas relacionadas às taxas de crescimento de volume anual, taxa de desconto, inflação e taxa de câmbio, bem como ao preço do combustível. A taxa de crescimento anual é baseada no desempenho passado e nas expectativas da administração de desenvolvimento de mercado em cada um dos países em que opera. As taxas de desconto utilizadas para a UGC de Transporte Aéreo, refletem riscos específicos relacionados ao país de cada uma das operações. As taxas de inflação e de câmbio são baseadas nos dados disponíveis nos países e nas informações dos Bancos Centrais dos diversos países onde atua, e o preço do combustível é determinado com base em níveis estimados de produção, ambiente competitivo do mercado em onde operam e sua estratégia comercial. Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com sua política, a Companhia realizou o teste anual de redução ao valor recuperável para a TAM Linhas Aéreas e realizou análise de indicativo de *Impairment* para as demais companhias do Grupo, as quais não apresentaram indicativos de *impairment*. A taxa de desconto (WACC) utilizada para todos os períodos e a incerteza que existe no mercado atual foi incorporada aos fluxos projetados pela adição de um Cenário pessimista e otimista ao cenário base, por sua vez atribuindo probabilidades de sucesso a cada um. Em 31 de dezembro de 2020, os valores recuperáveis foram determinados utilizando as seguintes premissas:

		UGC Transporte aéreo
Taxa de crescimento anual (terminal)	%	0,6 - 1,6
Taxa de câmbio (1)	R$/US$	5,4 - 5,6
Taxa de desconto com base no custo médio ponderado Capital (WACC - Custo Médio Ponderado de Capital) (2)	%	8,70 - 9,70
Preço do combustível nas curvas de preço Futuros do mercado de commodities.	US$/barril	60 - 78

(1) Em linha com as expectativas do Banco Central do Brasil. (2) Os intervalos apresentados nas premissas usadas referem-se a três cenários considerados no teste. O resultado da análise de *Impairment*, que incluiu análise de sensibilidade das principais variáveis, verificou que os valores recuperáveis calculados excedem o valor de livros dos ativos líquidos e da UGC, portanto não foi identificado indícios relevantes de perda no valor recuperável em outros ativos que apresentamos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia continuará avaliando e revisando seus ativos e passivos caso novas evidências sejam identificadas durante o exercício de 2021. *Chapter* 11 - Processo de reorganização: Em maio de 2020, a fim de fortalecer e preservar os negócios do Grupo Latam no futuro, a Companhia iniciou processo de reorganização voluntária sob as regras do *Chapter* 11 do US Bankruptcy Code perante o Tribunal de Nova York ("Chapter 11"), tal processo visa permitir a reestruturação do seu endividamento e readequação de sua frota mediante um processo judicial sem que tal medida afete as operações comerciais do grupo. Inicialmente o processo englobou somente as subsidiários do grupo Latam Chile, Peru, Colômbia, Equador e EUA. Em junho de 2020, no entanto, anunciamos o fim das operações na Argentina e em julho de 2020 a subsidiária Latam Brasil foi incluída no processo. No âmbito do *Chapter* 11 as Companhias buscaram investidores interessados na concessão de determinada modalidade de empréstimo denominada "Debtor-in-Possession" - DIP, o qual segue determinadas regras do *Chapter* 11 e se beneficia de senioridade em relação a outros endividamentos dos tomadores. O DIP é relevante fonte de liquidez que permite suprir a falta de caixa, pagar fornecedores e arcar com despesas operacionais, desta forma mantendo a sua atividade e garantindo condições para cumprir o plano de reestruturação. Em 10 de setembro de 2020, o Tribunal de Nova York não aprovou a proposta inicial apresentada para o DIP, por entender que o mecanismo de conversão das ações para o pagamento do empréstimo para os participantes do tranche C, afetaria a possibilidade de o Tribunal rever e decidir no futuro plano de reorganização das Companhias a ser apresentado no *Chapter* 11. Conforme a proposta inicial do DIP, as Companhias poderiam eleger por efetuar o pagamento dos valores devidos aos participantes da Tranche C mediante conversão dos respectivos créditos em participação acionária mediante determinado desconto no preço de tal participação acionária. Como o pedido de aprovação do DIP deveria ser aprovado ou rejeitado como uma proposta única, o Tribunal de Nova York concluiu que, pela razão acima exposta, não aprovaria o pedido de aprovação do DIP. Nova Proposta DIP: Diante do cenário descrito acima, a Companhia renegociou os termos do financiamento DIP então proposto e, em 18 de setembro de 2020, o grupo recebeu a aprovação definitiva para a proposta de financiamento modificada para o DIP, garantindo acesso a montante de US$ 2,45 bilhões necessários para fortalecer a estrutura de capital do grupo, otimizar a liquidez das Companhias e, assim, propiciar mecanismos adicionais para o grupo enfrentar os impactos do Covid-19. A proposta revisada apresentada pela LATAM e financiadores não contempla a opção de conversibilidade da Tranche C, respondendo à objeção do Tribunal de Nova York . Além disso, determinados credores que haviam apresentado objeções ao DIP foram incluídos no pool de financiadores, bem como viabiliza que acionistas minoritários também participem da Tranche C. Os termos da proposta mantêm, em essência, a estrutura original de financiamento DIP. As principais mudanças são: • A tranche A, no valor de até US$ 1.3 bilhão, continuará a ser liderada pela *Oaktree Capital Management, L.P.* que contribuirá com US$ 1.125 bilhão, enquanto a *Knighthead Capital* participará com US$ 175 milhões. • A tranche C, no valor de até US$ 1.150 bilhão, será composta por US$ 750 milhões fornecidos pela Qatar Airways e pelos Grupos Cueto e Eblen, US$ 250 milhões pela *Knighthead Capital* e, além disso, há a inclusão da participação de acionistas minoritários da LATAM por até US$ 150 milhões. Caso esse valor não seja atingido, o diferencial será fornecido pelos credores da Tranche C. Diante de todo cenário exposto acima, no segundo trimestre de 2020, no que concerne aos funcionários da TLA, foi reconhecida uma provisão de reestruturação para os desligamentos que se iniciaram em julho, com o intuito de adequar o quadro de colaboradores alinhado à nova demanda esperada para a indústria de transporte de passageiros nos próximos meses e anos. A Companhia realizou desligamentos em todos os seus departamentos (*back-office* e operacional) totalizando a demissão de 5.961 funcionários, salientando que todo esse processo foi devidamente acompanhado pelo plano de demissão voluntária e também de licença não remunerada voluntária com período inicial de 90 dias. No que tange à frota de aeronaves, a Companhia devolveu dezesseis aeronaves de sua frota, destacando a redução acentuada das operações. Outra ação desempenhada pela Companhia foi a análise de descontinuação de algumas frotas da Companhia, a qual foi feita uma provisão de 95 milhões, conforme mencionado acima. Em 08 de outubro de 2020 o Grupo Latam teve acesso a uma parcela inicial de USS 1,1 bilhão, de um total de US$ 2,45 bilhões, do empréstimo DIP. Vide garantias relacionadas na Nota 30. Com essa conquista, a Companhia considera que estão atendidas suas necessidades de liquidez e poderá focar sua atenção totalmente na sua recuperação e no fortalecimento da promessa a cada um dos seus clientes. Em 27 de janeiro de 2021, o Tribunal de Falências do Distrito Sul de Nova York aprovou a prorrogação do período de apresentação, de maneira exclusiva, do plano de reorganização financeira solicitado pela Latam em 12 de janeiro. Dessa forma, agora, o grupo tem como prazo 30 de junho de 2021 para apresentar seu plano. *Estrutura de capital:* Para o encerramento de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a projeção detalhada do fluxo de caixa para os próximos doze meses, levando em conta as iniciativas detalhadas acima. A Companhia já tem conseguido os aportes financeiros no âmbito do processo da reorganização financeira, através do DIP, o que representa um marco importante para o controle e gestão de caixa da operação. Porém, o processo de reorganização depende de diversos eventos, sendo o mais relevante a apresentação e a aprovação do plano de reorganização pelo Tribunal de Falências do Distrito Sul de Nova York e credores, esse evento ou condição indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta uma posição negativa de patrimônio líquido no montante de R$(1.964.212) (R$3.584.411 em 31 de dezembro de 2019) e um capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R$(3.706.037) (R$51.927 em 31 de dezembro de 2019). Se considerado o capital circulante líquido consolidado ajustado, isto é, sem os efeitos dos saldos relativos às receitas diferidas, o montante apurado é de R$(693.448) em 31 de dezembro de 2020 (R$3.560.853 em 31 de dezembro de 2019). Essa busca por solidez financeira decorre do constante esforço da Administração em reforçar o caixa da TAM por meio de ações atreladas à redução de custos, melhoria na eficiência operacional e busca na retomada da posição de melhor Companhia aérea da Região da América do Sul.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA: A estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020, está apresentada a seguir:



No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram extintos os fundos Thunderbolt e Cruiser tendo em vista os resgates totais das cotas em 07 de outubro de 2020 e 21 de outubro de 2020, respectivamente.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e suas respectivas interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"). Na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia considerou e adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos pelos IASB, IFRS *Interpretations Commitee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos equivalentes de caixa, das aplicações financeiras e dos instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados e classificados como instrumentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 4.1 Moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. Cada subsidiária integral incluída na consolidação determina sua própria moeda funcional levando em conta o ambiente econômico principal em que elas operam. Nas controladas da Companhia cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte, considerando os seguintes critérios de conversão: • O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica da transação; • Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; • Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de câmbio; • As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e • Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício. A seguir são demonstradas as moedas funcionais de cada empresa da Companhia:

Empresas	Localidade	Moeda funcional
TAM Linhas Aéreas S.A.	Brasil	Real
Fidelidade Viagens e Turismo S.A.	Brasil	Real
TP Franchising Ltda.	Brasil	Real
Transportes Aéreos Del Mercosur S.A.	Paraguai	Guarani
Multiplus Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Prismah Fidelidade Ltda.	Brasil	Real
Corsair Participações S.A.	Brasil	Real
ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Brasil	Dólar

4.2 Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. A estrutura societária e os percentuais de participação nas controladas da Companhia estão divulgados na Nota 2. Todas as transações e saldos entre a TAM e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. As variações na participação societária das controladas, sem perda de exercício de controle, foram contabilizadas como transação patrimonial. **4.3 Investimentos:** As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas que foram consolidadas, e estão consistentes com as práticas utilizadas na controladora. Os investimentos da TAM em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. **4.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, bancos, depósitos à vista, títulos de renda fixa e fundos de investimentos que atendem aos conceitos de equivalente de caixa. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras cujo período de resgate é igual ou inferior a 90 dias, quando de sua aquisição, são títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os fundos de investimento em que a Companhia mantém recursos aplicados, embora possuam liquidez imediata ou um prazo para resgate inferior a 90 dias, a Administração efetua uma segregação dos montantes entre equivalente de caixa e aplicações financeiras nestas demonstrações. Para obter os saldos de equivalente de caixa, a Companhia conta com as informações já disponibilizadas pelos agentes financeiros, ou, quando tais serviços não estão disponíveis, uma análise dos ativos dos fundos é efetuada pela própria TAM. Esta segregação considera a expectativa da Administração no uso dos recursos aplicados, no prazo de vencimento dos ativos dos fundos e na intenção de se obter maiores rendimentos sobre os montantes investidos. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado. **4.5 Caixa restrito:** O caixa restrito refere-se aos depósitos em garantia com a finalidade de assegurar assuntos relacionados a demandas judiciais e/ou exigências legais para operação em determinados aeroportos e também para os financiamentos de curto e longo prazo. **4.6 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Ativos financeiros não derivativos: *Reconhecimento inicial:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado e/ou ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos e do modelo de negócios que a Companhia adota para a gestão de seus ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, o instrumento precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Para os ativos financeiros que não apresentam estas características, tais instrumentos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado pela Companhia. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados, enquanto os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, isto é, quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. *Mensuração subsequente:* Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à suas controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial por seu valor justo, sendo as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras mantidas pela Companhia. *Desreconhecimento:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram; ou • A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou quando a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes, uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas é aplicada. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas de acordo com uma matriz de provisões estabelecida pela Administração, o qual foi elaborada com base em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou decrescido, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, desde que o passivo financeiro não tenha sido classificado como valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, e empréstimos e financiamentos. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. *Desreconhecimento:* A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (i) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.7 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais relacionados ao petróleo. Para os contratos firmados onde derivativos embutidos são identificados, tais itens são separados de seus respectivos contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atendidos. *Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:* Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os custos de transação atribuíveis ao instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado quando incorridos. Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • *Hedges* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; • *Hedges* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido. **4.8 Contas a receber:** As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor faturado, ajustado a valor presente, quando aplicável, e deduzidas das perdas de créditos estimadas. Conforme Nota 4.6, as perdas de crédito estimadas para as contas a receber da Companhia são mensuradas com base em uma matriz de risco, que leva em conta o histórico de perdas da Companhia. Para a aplicação da matriz de risco, a carteira de clientes é agrupada por títulos que possuam características similares, tanto em termos de risco e quanto em maturidade. Além disso, aspectos econômicos da carteira de clientes são avaliados na data do balanço, para refletir eventuais aumento nos riscos de recebimento dos títulos na estimativa registrada no balanço. **4.9 Estoques:** Os estoques da Companhia compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção. Os estoques são avaliados ao custo de aquisição segundo o custo médio, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração. **4.10 Tributos sobre o lucro:** *Imposto de renda e contribuição social - Corrente:* No Brasil, o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. *Imposto de renda e contribuição social - Diferido:* Tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como não circulante no balanço patrimonial da Companhia e seu valor contábil, no caso dos ativos fiscais diferidos, é revisado em cada data do balanço. Quando os estudos internos da Companhia indicam que a utilização futura desses créditos não é provável, uma provisão para perda será constituída. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente. **4.11 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15). Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação. A Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em

continua...

condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenções importantes buscando evitar falhas, independentemente de as peças desses itens inspecionados serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado, independentemente de o custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido. **4.12 Ativos intangíveis:** As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15). **4.13 Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e estes estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **4.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos em cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa ("UGCs"). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **4.15 Provisões:** *Geral:* As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisões para manutenção:* Os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo. No caso das aeronaves próprias estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento sem opção de compra, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas. As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são reconhecidas no resultado do exercício em que são incorridas. *Provisões de reestruturação:* Provisões para custos de reestruturação são reconhecidas somente quando a Companhia possui uma obrigação construtiva, o que ocorre quando: (i) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando o negócio ou parte do negócio em questão, os principais locais, funções e empregados afetados, a estimativa detalhada dos custos associados e a linha do tempo para sua execução. **4.16 Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para os casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. *Passivos de arrendamento:* O custo representa o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo na data de início do arrendamento, os respectivos passivos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, os quais serão realizados durante o prazo de vigência do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem, se houver, o preço de exercício de uma opção de compra a ser exercida pela Companhia e eventuais pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, uma vez a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação substancial no contrato firmado com o arrendador. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento para os contratos de arrendamento cujo prazo contratual seja inferior a 12 meses, e também para os ativos de arrendamento considerados de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. *Contratos de arrendamento com pagamentos totalmente variáveis:* Para os contratos de arrendamento em que a Companhia e suas controladas identificam que não há existência de pagamentos fixos em essência (conforme preconiza a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, no item B42), tanto o ativo de direito de uso quanto o passivo de arrendamento não são reconhecidos, uma vez que a mensuração do ativo e do passivo não são determinados com um grau de confiabilidade razoável. *Contratos de venda e retroarrendamento (Sale and Leaseback):* Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento. Quando são apurados prejuízos decorrentes dessas transações, estes efeitos são de igual modo diferidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento, desde que o bem, objeto do retroarrendamento, não apresente perdas por redução ao valor recuperável. **4.17 Receita de vendas:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, exceto para as receitas de contratos com clientes oriundas do programa de fidelidade operado por sua controlada Prismah Fidelidade. *Transporte aéreo de passageiros e cargas:* As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados, momento em que a obrigação de desempenho é inteiramente satisfeita. A Companhia reconhece os bilhetes de passagens aéreas vendidos, mas não utilizados (se referem às vendas antecipadas), no passivo como transporte a executar em receitas diferidas. Para as receitas decorrentes de bilhetes expirados (*breakage* de passagens), a Companhia estima a expectativa de vencimento dos bilhetes vendidos, mas que não serão utilizados, levando em conta os dados históricos de expiração. *Serviços auxiliares:* A controlada TLA aufere receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, despacho e excesso de bagagem, cancelamentos entre outras, sendo estas reconhecidas no resultado do período somente quando o serviço de transporte aéreo é prestado. *Programa de fidelidade:* A Companhia, por meio de suas controladas TLA e Prismah, é patrocinadora do programa de fidelidade LATAM Pass. A principal fonte de receita do programa de fidelidade advém da comercialização dos direitos de resgate de prêmios por meio da emissão de pontos LATAM *Pass* adquiridos pelos seus parceiros (incluindo os pontos oriundos das compras com cartões de crédito Itaucard LATAM *Pass*), além dos pontos acumulados, quando solicitados pelos participantes ao voarem com a LATAM ou de companhias aéreas parceiras. Os valores das transações referentes aos contratos com parceiros são mensurados ao valor justo da contraprestação a ser recebida dos parceiros comerciais. Os valores decorrentes da comercialização dos direitos de resgate são registrados, inicialmente, na receita diferida em contrapartida às contas a receber. A Companhia tem contratos com algumas empresas não aéreas (parceiros comerciais) para a venda de milhas ou pontos. Esses contratos incluem obrigações de desempenho de venda da milha ou ponto e, também, de marketing, publicidade e outros benefícios ("*marketing fee*") proporcionados pelo programa de fidelidade. As obrigações de *marketing fee* são reconhecidas no momento do acúmulo dos pontos. Para os pontos oriundos das passagens aéreas, uma parcela do preço da transação de vendas de passagens é alocada aos pontos acumulados concedidos aos clientes. Os valores decorrentes dessa alocação são reconhecidos como um passivo de contrato até que os pontos sejam resgatados. Os valores registrados no passivo como "Direitos de resgate de prêmios", referente a obrigação de venda de milhas ou pontos, são avaliados pelo seu valor justo no momento do acúmulo dos pontos, e reconhecidos pelo preço alocado a esta obrigação de desempenho: i. Quando o participante decide exercer o seu direito de resgate, trocando, portanto, seus pontos acumulados em produtos ou serviços oferecidos pelos parceiros da rede; e ii. Quando trocados por passagens aéreas, no momento do voo. Quando os prêmios resgatados são de passagens aéreas, a obrigação de desempenho é satisfeita somente quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos e, assim, a Companhia tem o direito de reconhecer uma receita no resultado do período. Quando os prêmios resgatados não são de passagens aéreas, a obrigação de desempenho é satisfeita no momento da troca do ponto pelo produto ou serviço, e, assim, uma receita é reconhecida no resultado do período, deduzida dos gastos incorridos na aquisição de produtos ou serviços junto aos parceiros da rede. Reconhecimento da receita de *breakage* de pontos: A Companhia estima a probabilidade de não utilização pelo participante do programa LATAM Pass no Brasil de determinada quantidade de pontos e milhas emitidos dentro do seu período de validade usual, o qual é de 24 meses, podendo, para alguns participantes, haver prazos maiores, conforme regulamento do Programa. Tal prática é conhecida como *Breakage* (quebra) de pontos, sendo possível o reconhecimento da receita de forma antecipada, desde que seja considerado o padrão de resgate (consumo) dos pontos que deram origem ao *breakage* inicialmente estimado. O modelo de estimativa do *breakage* leva em conta o comportamento dos resgates por safra de pontos e milhas dentro do seu prazo de validade, utilizando julgamentos e premissas críticas que consideram a atividade de uso histórico e o padrão de uso esperado, considerando taxas de vencimento históricas, comportamento cambial e segmentações relevantes. O reconhecimento da estimativa de *breakage* ocorre proporcionalmente ao padrão de direitos exercidos pelo cliente. **4.18. Benefícios a empregados:** *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, decorrente da obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Participação de funcionários e administradores nos resultados:* Os funcionários da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício na proporção em que as metas são atingidas. A controlada TLA concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM *Airlines*, as despesas são registradas quando incorridas em contrapartida a uma obrigação com pessoal e são liquidadas exclusivamente com caixa próprio. *Plano de benefícios pós emprego:* A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, sendo os custos arcados diretamente pelo participante. A administração avalia anualmente a exposição aos riscos supracitados e verificou que para os exercícios de 2020 e 2019 não houve passivos atuariais a serem registrados decorrentes de obrigações de planos de benefício pós emprego. **4.19 Dividendos e juros sobre capital próprio:** A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia ou suas subsidiárias, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo não circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **4.20 Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários registrados no balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa final:		
Dólar americano (US$)	5,1967	4,0307
Euro (€)	6,3779	4,5305
Taxa média do período:		
Dólar americano (US$)	5,1578	3,9461
Euro (€)	5,8989	4,4159

4.21 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. O uso de estimativas, a adoção de premissas e exercício de julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras são, a saber: • Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5.7); • Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis como vida útil definida, bem como a análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 17 e 18); • Perdas de créditos estimadas das contas a receber (Nota 9.1); • Provisão para perdas em estoques (Nota 10.1); • Provisão para perda com ativos disponíveis para venda; • Análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 14.4); • Reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas, bem como pontos vendidos e não trocados (*"breakage"*) (Nota 4.18); • Análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 14.4); • Reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas, bem como pontos vendidos e não trocados (*"breakage"*) (Nota 4.18); • Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 23); • Determinação do prazo dos arrendamentos de contratos que possuam cláusulas de renovação ou rescisão; • Provisão para manutenção; e • Provisão de reestruturação. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. **4.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Não é esperado que a emissão do pronunciamento técnico revisado CPC 11 - Contratos de Seguros, as alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios, e as alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Definição de omissão material, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não existem outras normas e/ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS: As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam o Grupo. **5.1. Administração do risco de liquidez:** A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2020, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

Controladora 31/12/2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivos financeiros não derivativos:						
Fornecedores	389	-	-	-	389	**389**

Controladora 31/12/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivos financeiros não derivativos:						
Fornecedores	349	-	-	-	349	**349**

Consolidado 31/12/2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	1.570.032	-	-	-	1.570.032	**1.562.433**
Arrendamento mercantil	1.138.505	639.120	24.309	42.516	1.844.450	**1.748.891**
Fornecedores	8.706.835	-	-	-	8.706.835	**8.706.835**

Consolidado 31/12/2019 Reapresentado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor contábil
Passivos financeiros não derivativos:						
Arrendamento mercantil	917.805	554.515	243.219	42.243	1.757.782	**1.707.634**
Fornecedores	7.565.284	-	-	-	7.565.284	**7.565.284**

Conforme Nota 1.1, a Companhia tem avaliado sua conjuntura atual decorrente dos impactos trazidos pela pandemia e entende que suas ações atuais, bem como seus os esforços para manter e fortalecer sua liquidez, serão capazes de fazer frente aos impactos da COVID-19. **5.2. Administração do risco de crédito:** A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo: O risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda se destaca a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e • O risco de crédito das aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem avaliado sua conjuntura atual decorrente dos impactos trazidos pela pandemia e tem tomado medidas como redução de linhas de crédito para suas contas a receber relacionadas à crédito direto e documentos por cobrar. Exceto quanto as medidas para redução de sua exposição, a Administração entende que o risco relacionado às contas a receber se mantém em patamares razoáveis, porém é realizado uma análise pelos departamentos da Companhia e caso identificado algum risco potencial a Administração realiza o provisionamento tempestivamente. Quanto às aplicações financeiras, a Companhia continua mantendo sua postura conservadora, mantendo os investimentos em carteiras concentradas em títulos de renda fixa de ratings elevados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra. **5.3. Administração de risco de taxa de juros:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (*Clearing* B3) em 31 de dezembro de 2020, os quais indicavam as seguintes taxas como cenário provável:

Controladora 31/12/2020 — Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a.)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	**34.252**	**CDI**	**1,90%**	**34.903**	**35.066**	**35.229**
Depósitos judiciais	**195**	SELIC	2,00%	**199**	**200**	**201**
				35.102	**35.266**	**35.430**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**655**	**819**	**983**

Controladora 31/12/2019 — Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a.)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	**765**	CDI	4,40%	**799**	**808**	**816**
Aplicações financeiras	**1.704**	CDI	4,40%	**1.779**	**1.798**	**1.817**
Depósitos judiciais	**92**	SELIC	4,50%	**96**	**97**	**98**
	2.561			**2.674**	**2.703**	**2.731**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**113**	**142**	**170**

Consolidado 31/12/2020 — Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a.)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	**648.830**	CDI	1,90%	**661.158**	**664.240**	**667.322**
Aplicações financeiras	**368**	CDI	1,90%	**375**	**377**	**379**
Depósitos judiciais	**748.478**	SELIC	2,00%	**763.448**	**767.191**	**770.933**
Empréstimos e financiamentos	**(1.562.433)**	CDI	1,90%	**(1.592.119)**	**(1.599.541)**	**(1.606.962)**
Arrendamento mercantil	**(1.748.891)**	LIBOR	0,34%	**(1.754.837)**	**(1.756.324)**	**(1.757.810)**
	(1.913.648)			**(1.921.975)**	**(1.924.057)**	**(1.926.138)**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**(8.327)**	**(10.409)**	**(12.490)**

Consolidado 31/12/2019 — Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa (a.a.)	Cenário Provável	Cenário 1 25%	Cenário 2 50%
Equivalentes de caixa	**707.788**	CDI	4,40%	**738.931**	**746.717**	**754.503**
Aplicações financeiras	**1.540.026**	CDI	4,40%	**1.607.787**	**1.624.727**	**1.641.668**
Depósitos judiciais	**946.358**	SELIC	4,50%	**988.944**	**999.591**	**1.010.237**
Arrendamento mercantil	**(1.707.634)**	LIBOR	2,00%	**(1.741.787)**	**(1.750.325)**	**(1.758.864)**
	1.486.538			**1.593.875**	**1.620.710**	**1.647.544**
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				**107.337**	**134.172**	**161.006**

5.4. Administração de riscos cambiais: Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalente de caixa	**563.611**	**502.292**
Contas a receber de partes relacionadas	**6.860.371**	**5.266.211**
Contas a receber	**26.284**	**103.188**
Outros ativos financeiros	**-**	**83.877**
Adiantamento a fornecedores	**592.827**	**911.598**
Outros créditos	**7.696**	**11.816**
Demais contas a receber	**2.598.352**	**2.015.351**
Caixa restrito	**44.320**	**16.786**
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Arrendamento mercantil	**(1.748.891)**	**(1.707.634)**
Fornecedores	**(641.239)**	**(183.862)**
Fornecedores partes relacionadas	**(5.639.258)**	**(4.238.842)**
Provisão para manutenção	**(1.843.287)**	**(1.344.311)**
Mútuos a pagar	**(504.262)**	**(619.027)**
Exposição cambial, líquida	**(316.524)**	**817.443**
Exposição cambial, líquida em US$	**(60.909)**	**202.804**

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilações cambiais, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade das variações do câmbio em relação a paridade do R$ para US$, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado 31/12/2020 — Paridade - R$ x US$	Cenário atual	Cenário 1 apreciação 25%	Cenário 2 apreciação 50%	Cenário 3 depreciação -25%	Cenário 4 depreciação -50%
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	**563.611**	**422.710**	281.807	704.517	845.420
Contas a receber de partes relacionadas	**6.860.371**	5.145.279	3.430.186	8.575.464	10.290.557
Contas a receber	**26.284**	19.714	13.142	32.856	39.427
Adiantamento a fornecedores	**592.827**	444.618	296.414	741.034	889.241
Demais contas a receber	**2.598.352**	1.948.763	1.299.175	3.247.938	3.897.525
Outros créditos	**7.696**	5.772	3.848	9.620	11.544
Caixa restrito	**44.320**	33.238	22.159	55.397	66.476
Passivo					
Arrendamento mercantil	**(1.748.891)**	(1.311.669)	(874.446)	(2.186.115)	(2.623.338)
Fornecedores	**(641.239)**	(480.927)	(320.618)	(801.546)	(961.855)
Fornecedores partes relacionadas	**(5.639.258)**	(4.229.442)	(2.819.628)	(7.049.070)	(8.458.884)
Provisão para manutenção	**(1.843.287)**	(1.382.464)	(921.643)	(2.304.106)	(2.764.928)
Mútuos a pagar	**(504.262)**	(378.196)	(252.131)	(630.327)	(756.393)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		**(79.124)**	**(158.258)**	**79.140**	**158.271**

Consolidado 31/12/2019 — Paridade - R$ x US$	Cenário atual	Cenário 1 apreciação 25%	Cenário 2 apreciação 50%	Cenário 3 depreciação -25%	Cenário 4 depreciação -50%
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	**502.292**	376.720	251.147	627.867	753.441
Contas a receber de partes relacionadas	**5.266.211**	3.949.658	2.633.105	6.582.763	7.899.315
Contas a receber	**103.188**	77.392	51.595	128.987	154.785
Outros ativos financeiros	**83.877**	62.909	41.939	104.849	125.818
Adiantamento a fornecedores	**911.598**	683.697	455.799	1.139.498	1.367.397
Demais contas a receber	**2.015.351**	1.511.513	1.007.675	2.519.188	3.023.025
Outros créditos	**11.816**	8.864	5.909	14.773	17.727
Caixa restrito	**16.786**	12.591	8.394	20.985	25.182
Passivo					
Arrendamento mercantil	**(1.707.634)**	(1.280.726)	(853.817)	(2.134.543)	(2.561.451)
Fornecedores	**(183.862)**	(137.895)	(91.930)	(229.825)	(275.791)
Fornecedores partes relacionadas	**(4.238.842)**	(3.179.131)	(2.119.421)	(5.298.552)	(6.358.262)
Provisão para manutenção	**(1.344.311)**	(1.008.233)	(672.156)	(1.680.389)	(2.016.467)
Mútuos a pagar	**(619.027)**	(464.270)	(309.513)	(773.784)	(928.540)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		**(204.352)**	**(408.716)**	**204.375**	**408.738**

5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível: Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o combustível de aviação, que, por sua vez, tem seu preço intrinsicamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US$39.17 (trinta e nove dólares e dezessete centavos) em 31 de dezembro de 2020 (US$56.99 em 31 de dezembro de 2019) projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

	Controladora e Consolidado 31/12/2020
Impacto no resultado e no patrimônio líquido:	
Incremento de 25%	640.151
Incremento de 50%	1.280.302
Redução de 25%	(640.151)
Redução de 50%	(1.280.302)

5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Empréstimos e recebíveis:				
Mensurados ao custo:				
Contas a receber	**5**	**5**	**7.801.942**	**7.421.347**
Depósitos judiciais	**195**	**92**	**748.478**	**946.358**
Adiantamento a fornecedores	**-**	**-**	**690.709**	**1.054.697**
Demais contas a receber	**222**	**189**	**2.678.403**	**2.042.530**
Outros créditos	**-**	**-**	**227.005**	**272.056**
Empréstimos e financiamentos	**-**	**-**	**(1.562.433)**	**-**
Arrendamento mercantil	**-**	**-**	**(1.748.891)**	**(1.707.634)**
Fornecedores	**(389)**	**(349)**	**(8.706.835)**	**(7.565.284)**
Empréstimos a pagar - Mútuos	**(2.981)**	**(18.981)**	**(504.262)**	**(619.027)**
Outros adiantamentos	**-**	**-**	**(81.775)**	**(568.844)**
Demais contas a pagar	**-**	**-**	**(138.571)**	**(49.388)**
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Equivalentes de caixa	**34.252**	**765**	**864.743**	**860.185**
Aplicações financeiras	**-**	**1.704**	**368**	**1.540.026**
Caixa restrito	**-**	**-**	**69.340**	**40.227**
Swap de combustível	**-**	**-**	**-**	**83.877**

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação: • Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2020. A tabela a seguir demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

Controladora	Nível 1 (31/12/2020)	Nível 2 (31/12/2020)	Total (31/12/2020)	Nível 1 (31/12/2019)	Nível 2 (31/12/2019)	Total (31/12/2019)
Ativo						
Equivalentes de caixa	34.252	-	34.252	765	-	765
Aplicações financeiras	-	-	-	1.704	-	1.704
	34.252	**-**	**34.252**	**2.469**	**-**	**2.469**

Consolidado	Nível 1 (31/12/2020)	Nível 2 (31/12/2020)	Total (31/12/2020)	Nível 1 (31/12/2019)	Nível 2 (31/12/2019)	Total (31/12/2019)
Ativo						
Equivalentes de caixa	864.743	-	864.743	860.185	-	860.185
Aplicações financeiras	368	-	368	1.540.026	-	1.540.026
Caixa restrito	69.340	-	69.340	40.227	-	40.227
Swap de combustível	-	-	-	-	83.877	83.877
	934.451	**-**	**934.451**	**2.440.438**	**83.877**	**2.524.315**

5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros: Não estão incluídos na tabela abaixo ativos e passivos financeiros cujo valor contábil basicamente reflita uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil 31/12/2020	Valor contábil 31/12/2019	Valor justo 31/12/2020	Valor justo 31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	**1.562.433**	**-**	**1.570.032**	**-**
Arrendamento mercantil	**1.748.891**	**1.707.634**	**1.844.450**	**1.757.782**
	3.311.324	**1.707.634**	**3.414.482**	**1.757.782**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Caixa e bancos				
Dólar norte-americano	**-**	**-**	**267.252**	**127.787**
Reais	**9**	**236**	**21.617**	**76.429**
Euro	**-**	**-**	**14.664**	**22.312**
Renminbi - China	**-**	**-**	**1.616**	**111.797**
Dólar canadense	**-**	**-**	**38.821**	**29.374**
Rupia hindú	**-**	**-**	**57**	**18.179**
Outras moedas	**-**	**-**	**25.288**	**40.446**
	9	**236**	**369.315**	**426.324**
Equivalente de caixa				
Em reais:				
Fundo de investimento	**-**	**587**	**773**	**657.704**
Certificado de depósito bancário	**33.696**	**-**	**627.771**	**338**
Overnight	**556**	**178**	**20.286**	**49.746**
	34.252	**765**	**648.830**	**707.788**
Em Dólar norte-americano				
Depósito a prazo	**-**	**-**	**-**	**121**
Overnight	**-**	**-**	**59.114**	**9.488**
Fundos de investimento	**-**	**-**	**156.799**	**142.788**
	-	**-**	**215.913**	**152.397**
	34.261	**1.001**	**1.234.058**	**1.286.509**

A variação observada na linha equivalentes de caixa em Reais, se deve principalmente pela alocação em Certificados de Depósitos Bancários sem carência de maior rendimento e com liquidez diária. A rentabilidade média ponderada destes CDB`s foi de 98,69% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (92,19% em 31 de dezembro de 2019).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Fundo de investimento exclusivo	-	1.704	**368**	1.540.026
	-	1.704	**368**	1.540.026

Os títulos privados do fundo restrito são compostos substancialmente por títulos públicos e letras financeiras de bancos de primeira linha, remunerados à taxa média ponderada de 130,50% do CDI (36,64% em 31 de dezembro de 2019). Não há carências para efetuar o resgate das cotas, exceto pelos fundos com liquidação D+7*. A variação do saldo de aplicações financeiras está associada ao fechamento dos fundos exclusivos Thunderbolt e Cruiser conforme mencionado na Nota 2. *A Companhia detém, como política interna, aplicação limite de até 20% do caixa disponível para aplicação em fundos que possuem carência. Atualmente, apenas um fundo de investimento é mantido nesta modalidade.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Garantia fiduciária (a)	**25.020**	-
Garantia judicial (b)	**-**	**23.441**
Garantias aeroportuárias (c)	**44.320**	**16.786**
	69.340	**40.227**
Circulante	**50.893**	**5.417**
Não circulante	**18.447**	**34.810**

(a) Depósito em garantia dada ao Citibank para garantia dos contratos de leasing de aeronaves. (b) Cancelamento do contrato de prestação de serviços de centralização de recebimento e levantamento de alvarás judiciais com a Caixa Econômica Federal no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (c) A Companhia mantém garantias para operação em aeroportos internacionais, sendo que aproximadamente 60% refere-se a operações junto ao aeroporto de Miami.

9. CONTAS A RECEBER

Consolidado	Nacionais (31/12/2020)	Internacionais (31/12/2020)	Total (31/12/2020)	Nacionais (31/12/2019)	Internacionais (31/12/2019)	Total (31/12/2019)
Cartões de crédito (a)	**613.109**	**17.507**	**630.616**	**1.538.088**	**71.024**	**1.609.112**
Cartões de débito	**3.574**	**409**	**3.983**	**46**	**2.854**	**2.900**
Crédito direto	**282.902**	**103**	**283.005**	**494.529**	**11.800**	**506.329**
Documentos por cobrar	**171.154**	**7.244**	**178.398**	**154.072**	**5.443**	**159.515**
IATA	**109.241**	**1.021**	**110.262**	**92.668**	**12.067**	**104.735**
	1.179.980	**26.284**	**1.206.264**	**2.279.403**	**103.188**	**2.382.591**
Partes relacionadas (Nota 25.1) (b)	**2.388**	**6.860.371**	**6.862.759**	**1.855**	**5.266.211**	**5.268.066**
	1.182.368	**6.886.655**	**8.069.023**	**2.281.258**	**5.369.399**	**7.650.657**
Perdas estimadas de crédito	**(265.062)**	**(2.019)**	**(267.081)**	**(228.176)**	**(1.134)**	**(229.310)**
	917.306	**6.884.636**	**7.801.942**	**2.053.082**	**5.368.265**	**7.421.347**

(a) Redução decorrente das antecipações de recebíveis de cartões de crédito e pela queda acentuada nos níveis de vendas da Companhia em decorrência da pandemia da COVID-19. (b) Aumento refere-se ao efeito cambial decorrente da valorização do dólar frente ao real no exercício.

9.1 Movimentação da provisão para perdas estimadas de crédito

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do período	**(229.310)**	**(205.048)**
Constituição de provisão	**(116.650)**	**(86.897)**
Perda efetiva	**46.289**	**43.936**
Recuperação de créditos provisionados	**32.590**	**18.699**
Saldo ao final do período	**(267.081)**	**(229.310)**

A Administração avaliou que o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em "despesas com vendas" na demonstração do resultado.

9.2 Composição do saldo de contas a receber de terceiros por vencimento

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
A vencer	**898.110**	2.015.314
Vencidos:		
Até 60 dias	**47.695**	50.016
De 61 a 90 dias	**28.752**	54.963
De 91 a 180 dias	**32.947**	29.267
De 181 a 360 dias	**45.306**	32.151
Há mais de 360 dias	**153.454**	200.880
	1.206.264	2.382.591

10. ESTOQUES

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Peças e materiais para manutenção e reparos	**822.555**	824.598
Outros estoques (a)	**54.314**	45.134
	876.869	869.732
(-) Provisões para perdas	**(101.482)**	(56.456)
	775.387	813.276

(a) Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

10.1 Movimentação das provisões para perdas de estoques: Os itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do exercício	**(56.456)**	(73.227)
Constituição de provisão	**(58.687)**	(25.831)
Consumo de provisão	**13.661**	42.602
Saldo ao final do exercício	**(101.482)**	(56.456)

A Administração avaliou que o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
ICMS (a)	**-**	-	**87.121**	162.709
PIS e COFINS	**-**	-	**96.288**	88.870
IRPJ e CSLL (b)	**11.327**	14.000	**150.834**	109.464
Impostos a recuperar no exterior(a)	**-**	-	**17.898**	38.621
Demais tributos (c)	**-**	-	**21.123**	123.437
	11.327	14.000	**373.264**	523.101
Circulante	11.327	14.000	298.437	523.101
Não circulante	-	-	74.827	-

(a) Redução decorrente principalmente pelas provisões para perdas realizadas no exercício, sendo R$ 73.984 relacionado as perdas de ICMS a recuperar, R$ 17.875 relacionado ao IVA México e R$ 13.025 relacionado ao IVA Argentina, conforme descrito na Nota 1.1. (b) Aumento decorrente principalmente pela constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL no exercício. (c) Redução decorrente principalmente pela utilização dos créditos previdenciários e trabalhistas.

12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Adiantamento *subleasing* LATAM (Nota 25)	**409.782**	911.326
Outros adiantamentos a fornecedores	**280.927**	143.371
	690.709	1.054.697

13. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
LATAM Peru S.A. (a)	-	-	**887.330**	688.237
LAN Argentina S.A. (a)	-	-	**369.024**	286.225
LAN PAX Group S.A. (a)	-	-	**1.341.998**	1.040.889
Outras	**222**	**189**	**80.051**	27.179
	222	**189**	**2.678.403**	2.042.530
Ativo circulante	**212**	**179**	**2.677.130**	2.040.398
Ativo não circulante	**10**	**10**	**1.273**	2.132

(a) Conforme mencionado na Nota 26, a Companhia recebeu um aporte de capital por meio da cessão de contas a receber de partes relacionadas.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: 14.1 Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos Em 2020, a Companhia efetuou a baixa integral dos saldos de ativos fiscais diferidos, conforme Nota 14.4.

	31/12/2019	Patrimônio líquido	Resultado	31/12/2020
Prejuízo fiscal	305.588	-	**825.446**	**1.131.034**
Base negativa da contribuição social	129.527	-	**297.623**	**427.150**
	435.115	-	**1.123.069**	**1.558.184**
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos e demais contas a receber	35.337	-	**7.798**	**43.135**
Provisão para perdas em estoque	19.195	-	**15.309**	**34.504**
Provisão para perdas de bens disponíveis para venda	8.272	-	**(8.272)**	**-**
Provisão para manutenção e reparo	391.714	-	**182.790**	**574.504**
Provisão para bônus e PLR	35.946	-	**(34.883)**	**1.063**
Provisão de reestruturação	-	-	**11.706**	**11.706**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	328.237	-	**297.993**	**626.230**
Adoção CPC 6 (R2)	155.519	-	**39.192**	**194.711**
Adoção CPC 47 (IFRS 15)	602	-	**(602)**	**-**
Outras	143.208	**16.077**	**(110.288)**	**48.997**
Subtotal	1.553.145	**16.077**	**1.523.812**	**3.093.034**
(-) Provisão para perdas em impostos diferidos	(601.210)	**(16.077)**	**(2.475.747)**	**(3.093.034)**
TOTAL	951.935	**-**	**(951.935)**	**-**
Imposto líquido no resultado			**(951.935)**	

14.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(5.543.847)**	685.633	**(4.618.837)**	988.814
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	**1.884.908**	(233.115)	**1.570.405**	(336.197)
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.883.806)**	238.628	**-**	-
Despesas indedutíveis		-	**(33.969)**	(164.042)
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	**-**	(15.022)	**-**	(40.573)
Ativos Fiscais Diferidos não reconhecidos	**(600)**	2.853	**(1.531.066)**	174.930
Outros	**(502)**	24	**(930.823)**	81.067
Resultado com impostos	**-**	(6.632)	**(925.453)**	(284.815)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	(6.632)	**26.482**	(218.635)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**-**	-	**(951.935)**	(66.180)
Alíquota efetiva	**-**	1,0%	**(20,0%)**	28,8%

a) O aumento significativo apresentado no exercício comparativo é decorrente da baixa integral dos saldos mantidos de ativos fiscais diferido até 31 de dezembro de 2020. **14.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** A Companhia não vem registrando novos créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias. Para fins de apresentação, é demonstrada a movimentação dos saldos de diferido, porém, tal movimentação é anulada pela provisão para realização de Impostos Diferidos. Os montantes não registrados são apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
TSA	**47.272**	42.196
TLA	**2.995.830**	534.359
ABSA	**49.932**	24.655

14.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido: Decorrente dos impactos do COVID -19, A Companhia tem uma projeção de retomada de operação, porém em função das incertezas que envolvem todos os possíveis cenários e tornam remota a probabilidade de compensação dos saldos acumulados nesse momento, a Administração optou por manter a provisão por *impairment*.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS: A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

Controladora	31/12/2019	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2020
Bloqueios judiciais	**92**	**1.513**	**(1.410)**	**-**	**195**
	92	**1.513**	**(1.410)**	**-**	**195**

Controladora	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2019
Bloqueios judiciais	155	**1.010**	**(1.073)**	**-**	**92**
	155	**1.010**	**(1.073)**	**-**	**92**

Consolidado	31/12/2019	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2020
Fundo aeroviário	**433.615**	**-**	**-**	**7.625**	**441.240**
Cíveis	**45.831**	**3.477**	**(11.174)**	**1.058**	**39.192**
Trabalhistas	**98.044**	**41.223**	**(107.107)**	**-**	**32.160**
Tributários e previdenciários	**347.211**	**53.686**	**(186.785)**	**1.224**	**215.336**
Bloqueios judiciais	**21.657**	**224.280**	**(225.387)**	**-**	**20.550**
	946.358	**322.666**	**(530.453)**	**9.907**	**748.478**

Consolidado	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	Atualização monetária	31/12/2019
Fundo aeroviário	418.336	**-**	**-**	**15.279**	**433.615**
Cíveis	47.127	**5.101**	**(8.366)**	**1.969**	**45.831**
Trabalhistas	103.482	**83.534**	**(88.972)**	**-**	**98.044**
Tributários e previdenciários	255.926	**109.973**	**(12.081)**	**(6.607)**	**347.211**
Bloqueios judiciais	20.235	**159.291**	**(157.869)**	**-**	**21.657**
	845.106	**357.899**	**(267.288)**	**10.641**	**946.358**

16. INVESTIMENTOS: 16.1 Composição dos saldos

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Participação em empresas controladas	**76.483**	**3.589.372**
Provisão para perdas com investimentos (a)	**(2.082.466)**	**-**
	(2.005.983)	**3.589.372**

(a) Valores registrados no grupo de passivo não circulante.

16.2 Movimentação dos investimentos diretos

	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multiplus S.A.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**1.536.863**	**127.583**	**2.288**	**151.375**	**4.353**	**79.680**	**1.902.142**
Aumento de capital	**2.023.943**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.023.943**
Resultado de equivalência patrimonial	**610.676**	**31.044**	**1.713**	**107.212**	**120**	**(48.918)**	**701.847**
Aumento de capital via transferência de investimento	**247.346**	**-**	**-**	**(247.346)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	**-**	**(39.949)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(39.949)**
Equivalência patrimonial via patrimônio líquido (a)	**(989.014)**	**(4.062)**	**-**	**(11.241)**	**-**	**5.706**	**(998.611)**
31 de dezembro de 2019	**3.429.814**	**114.616**	**4.001**	**-**	**4.473**	**36.468**	**3.589.372**
Resultado de equivalência patrimonial	**(5.390.706)**	**(8.373)**	**413**	**-**	**(2.520)**	**(140.895)**	**(5.542.081)**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	**-**	**(48.498)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(48.498)**
Equivalência patrimonial via patrimônio líquido (b)	**(47.286)**	**12.371**	**-**	**-**	**-**	**30.139**	**(4.776)**
31 de dezembro de 2020	**(2.008.178)**	**70.116**	**4.414**	**-**	**1.953**	**(74.288)**	**(2.005.983)**

(a) Equivalência patrimonial diretamente registrado no patrimônio líquido da TAM S.A. referente ao ágio na aquisição de participação de não controladores e aos saldos de movimentação de outros resultados abrangentes. (b) Equivalência patrimonial diretamente registrado no patrimônio líquido da TAM S.A. referente aos saldos de movimentação de outros resultados abrangentes.

16.3 Informações sobre empresas controladas

31/12/2020	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
Capital social	4.716.168	-	30	191	50.696	4.767.085
Quantidade de ações ou quotas - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	1.000	4.060.702	-
Quantidade de ações ou quotas - total possuídas ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	1.000	4.060.702	-
% Participação:						
Capital votante	100%	94,98%	100%	100%	100%	-
Capital volante	100%	94,98%	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido	(2.008.178)	73.822	4.414	1.953	(74.288)	-
	(2.008.178)	**70.116**	**4.414**	**1.953**	**(74.288)**	**(2.005.983)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.390.706)	(8.816)	413	(2.520)	(140.895)	-
Resultado de equivalência patrimonial	**(5.390.706)**	**(8.373)**	**413**	**(2.520)**	**(140.895)**	**(5.542.081)**

31/12/2019	TAM Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multiplus S.A.(a)	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A.	Total
Capital social	4.716.168	-	30	-	191	50.696	4.767.085
Quantidade de ações ou quotas - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	-	1.000	4.060.702	-
Quantidade de ações ou quotas - total possuídas ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	-	1.000	4.060.702	-
% Participação:							
Capital votante	100%	94,98%	100%	-	100%	100%	-
Capital volante	100%	94,98%	100%	-	100%	100%	-
Patrimônio líquido	3.429.814	120.676	4.001	-	4.473	36.468	-
Valor do investimento	**3.429.814**	**114.616**	**4.001**	**-**	**4.473**	**36.468**	**3.589.372**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	610.676	32.685	1.713	130.621	120	(48.918)	-
Resultado de equivalência patrimonial	**610.676**	**31.044**	**1.713**	**107.212**	**120**	**(48.918)**	**701.847**

(a) O resultado de equivalência apurado no montante de R$ 107.212, corresponde a participação no resultado da controlada de três meses, com percentual de participação de 72,74% e dois meses de resultado com percentual de 100% de participação, após aquisição das ações detidas pelos acionistas não controladores.

17. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado é apresentada a seguir:

Consolidado — Custo	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2019	(+) Adição	(-) Baixa (c)	(+/-) Transferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2020
Terrenos		**41.856**	**-**	**-**	**-**	**1.558**	**43.414**
Edifícios		**235.694**	**-**	**-**	**-**	**3.270**	**238.964**
Equipamentos de voo (a)		**5.121.547**	**500.994**	**(323.405)**	**244**	**-**	**5.299.380**
Computadores e periféricos		**256.775**	**818**	**(122)**	**(882)**	**1.682**	**258.271**
Máquinas e equipamentos		**116.647**	**1.149**	**(83)**	**-**	**202**	**117.915**
Imobilizações em andamento		**46.744**	**8.911**	**(334)**	**(34.414)**	**237**	**21.144**
Outros		**580.285**	**13.907**	**(80.781)**	**35.338**	**3.608**	**552.357**
Direito de uso - frota (b)		**272.891**	**1.377**	**(28.308)**	**-**	**-**	**245.960**
Direito de uso - não frota (b)		**253.582**	**930**	**(25.968)**	**-**	**1.693**	**230.237**
		6.926.021	**528.086**	**(459.001)**	**286**	**12.250**	**7.007.642**
Depreciação							
Edifícios	2,81%	**(98.603)**	**(6.630)**	**-**	**-**	**(2.242)**	**(107.475)**
Equipamentos de voo	3,26%	**(2.502.682)**	**(166.993)**	**42.864**	**-**	**-**	**(2.626.811)**
Computadores e periféricos	3,34%	**(235.730)**	**(8.573)**	**75**	**815**	**(1.132)**	**(244.545)**
Máquinas e equipamentos	3,95%	**(99.977)**	**(4.611)**	**54**	**-**	**(116)**	**(104.650)**
Outros	5,73%	**(399.346)**	**(33.226)**	**66.331**	**-**	**(3.590)**	**(369.831)**
Direito de uso - frota (b)	17,73%	**(159.944)**	**(48.377)**	**27.040**	**-**	**-**	**(181.281)**
Direito de uso - não frota (b)	8,07%	**(56.307)**	**(20.466)**	**7.717**	**-**	**(289)**	**(69.345)**
		(3.552.589)	**(288.876)**	**144.081**	**815**	**(7.369)**	**(3.703.938)**
Imobilizado líquido		**3.373.432**	**239.210**	**(314.920)**	**1.101**	**4.881**	**3.303.704**

Consolidado — Custo	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa (c)	(+/-) Transferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2019
Terrenos		41.991	**159**	**-**	**-**	**(294)**	**41.856**
Edifícios		235.493	**-**	**-**	**-**	**201**	**235.694**
Equipamentos de voo (a)		4.590.249	**721.476**	**(204.196)**	**12.337**	**1.681**	**5.121.547**
Computadores e periféricos		248.316	**9.377**	**(1.027)**	**11**	**98**	**256.775**
Máquinas e equipamentos		114.612	**2.020**	**-**	**(14)**	**29**	**116.647**
Imobilizações em andamento		18.765	**37.980**	**(885)**	**(9.869)**	**753**	**46.744**
Outros		560.708	**11.473**	**(214)**	**9.140**	**(822)**	**580.285**
Direito de uso - frota (b)		356.231	**90**	**(83.430)**	**-**	**-**	**272.891**
Direito de uso - não frota (b)		238.322	**19.332**	**(1.080)**	**-**	**(2.992)**	**253.582**
		6.404.687	**801.907**	**(290.832)**	**11.605**	**(1.346)**	**6.926.021**
Depreciação							
Edifícios	2,88%	(91.576)	**(6.787)**	**-**	**-**	**(240)**	**(98.603)**
Equipamentos de voo	3,94%	(2.440.995)	**(180.699)**	**115.679**	**530**	**2.803**	**(2.502.682)**
Computadores e periféricos	4,71%	(223.402)	**(11.699)**	**(329)**	**-**	**(300)**	**(235.730)**

continua...

Custo	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa (c)	(+/-) Transferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2019
							Consolidado
Máquinas e equipamentos	5,15%	(94.816)	**(5.907)**	**763**	**-**	**(17)**	**(99.977)**
Outros	6,41%	(363.655)	**(35.921)**	**70**	**(142)**	**302**	**(399.346)**
Direito de uso - frota (b)	23,90%	(105.148)	**(85.151)**	**30.138**	**-**	**217**	**(159.944)**
Direito de uso - não frota (b)	8,81%	(38.517)	**(20.994)**	**140**	**-**	**3.064**	**(56.307)**
		(3.358.109)	**(347.158)**	**146.461**	**388**	**5.829**	**(3.552.589)**
Imobilizado líquido		**3.046.578**	**454.749**	**(144.371)**	**11.993**	**4.483**	**3.373.432**

(a) As adições de equipamentos de vôo estão representadas principalmente pelas ativações no Projeto de renovação de cabine, ativações de motores, *check* das aeronaves e aeronaves novas A320 MHX e A319 MBU; (b) Ativos de Direitos de uso registrados em acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 06(R2); (c) As baixas na sua maioria estão as devoluções de aeronaves em *leasing (mencionado na nota NE1)* , baixas por condenação no inventário cíclico de rotáveis, e por distrato do contrato de aluguel de andares na Verbo Divino.

18. INTANGÍVEL

Custo	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2019	(+) Adição	(-) Baixa	(+/-) Transferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2020
							Consolidado
Marcas		**168.449**	-	-	-	-	**168.449**
Carteira de clientes LATAM Pass		**70.069**	-	-	-	-	**70.069**
Softwares (a)		**1.037.272**	-	**(62.426)**	**57.932**	**369**	**1.033.147**
Softwares em desenvolvimento		**107.379**	**24.058**	**(51.594)**	**(58.217)**	-	**21.626**
Direito de uso de *slots*		**191.810**	-	**(191.810)**	-	-	-
		1.574.979	**24.058**	**(305.830)**	**(285)**	**369**	**1.293.291**
Amortização:							
Marcas	19,98%	**(109.524)**	**(33.663)**	-	-	-	**(143.187)**
Carteira de clientes LATAM Pass	6,92%	**(7.439)**	**(4.849)**	-	-	-	**(12.288)**
Softwares	7,08%	**(749.669)**	**(73.489)**	**18.659**	**(815)**	**(245)**	**(805.559)**
		(866.632)	**(112.001)**	**18.659**	**(815)**	**(245)**	**(961.034)**
Intangível líquido		**708.347**	**(87.943)**	**(287.171)**	**(1.100)**	**124**	**332.257**

Custo	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2018	(+) Adição	(-) Baixa	(+/-) Transferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2019
							Consolidado
Marcas		168.449	-	-	-	-	**168.449**
Carteira de clientes LATAM Pass		70.069	-	-	-	-	**70.069**
Softwares		882.377	**711**	-	**153.988**	**196**	**1.037.272**
Softwares em desenvolvimento		182.692	**92.109**	**(1.441)**	**(165.981)**	-	**107.379**
Direito de uso de *slots*		-	**191.810**	-	-	-	**191.810**
		1.303.587	**284.630**	**(1.441)**	**(11.993)**	**196**	**1.574.979**
Amortização:							
Marcas	19,98%	(75.862)	**(33.662)**	-	-	-	**(109.524)**
Carteira de clientes LATAM Pass	7,05%	(2.497)	**(4.942)**	-	-	-	**(7.439)**
Softwares	7,41%	(672.772)	**(76.701)**	-	-	**(196)**	**(749.669)**
		(751.131)	**(115.305)**	-	-	**(196)**	**(866.632)**
Intangível líquido		**552.456**	**169.325**	**(1.441)**	**(11.993)**	-	**708.347**

(a) A companhia realizou baixa de softwares na substituição por novas tecnologias, melhorando e facilitando os processos de Aeroportos e cargas. Em 31 de março de 2020, em decorrência das novas expectativas da Companhia em relação ao processo de revisão e redefinição da malha aérea, a administração entende que o ativo de "direito de uso dos slots", deixa de ser identificável e os fluxos de caixa esperados tornaram-se incertos, perdendo, portanto, a característica de ativo intangível. Desse modo, foi realizado a baixa integral do ativo para o resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia continuou seu processo de avaliação e detecção do risco de perda de valor de seus ativos, porém, não foram identificados novos itens com necessidade de reduzir seu valor contábil ao valor recuperável.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Início	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2020	31/12/2019
					Consolidado
Banco do Brasil S.A.	24/04/2020	22/03/2021	CDI+3,95% a.a.	**1.086.043**	-
Bradesco S.A.	29/04/2020	27/08/2020	CDI+4,34% a.a	**335.693**	-
Bradesco S.A.	07/05/2020	04/09/2020	CDI+4,28% a.a	**140.697**	-
Total				**1.562.433**	-

Estes passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, e os valores justos dos contratos se baseiam nos saldos de empréstimos atualizados às taxas de juros contratadas até a presente data, estando tais montantes divulgados na Nota 5.8. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou empréstimos com o intuito de reforçar a posição do seu caixa diante do cenário estabelecido pela COVID-19. Desse modo, os empréstimos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia como capital de giro. O empréstimo do Banco do Brasil possui a LATAM Airlines como garantidora A Companhia continua apresentando suas informações financeiras em 31 de dezembro de 2020, incluindo suas dívidas financeiras e arrendamentos mercantis, de acordo com as condições originalmente pactuadas, aguardando futuros acordos que venha a chegar com seus credores nos termos do *Chapter* 11.

20. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL: A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de aeronaves e motores, para composição de sua frota operacional, e de bens imóveis para acomodação de suas instalações administrativas e operacionais. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 20 anos. No início do contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Em sendo identificado um arrendamento, o qual corresponde a transferência do direito de uso de um ativo ao arrendatário, desde que este não se qualifique dentro das isenções previstas no CPC 06 (R2) para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5.000 (cinco mil dólares), a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (Nota 17), conforme política contábil aplicada em conformidade com o pronunciamento técnico vigente (Nota 4.17). Os contratos de aeronaves são majoritariamente formados por obrigações cujo pagamento é totalmente variável, de modo que estes aluguéis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos. **20.1. Movimentação das obrigações de arrendamento:** Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento (não há arredamentos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais) e as movimentações durante o período:

	31/12/2019	Adição	Pagamentos	Juros apropriados	Variação cambial	Outros (a)	31/12/2020
							Consolidado
Aeronaves e motores	**1.481.484**	-	**(266.406)**	**11.395**	**411.990**	**(74.486)**	**1.563.977**
Bens imóveis	**226.150**	-	**(38.751)**	**25.990**	**79**	**(28.554)**	**184.914**
	1.707.634	-	**(305.157)**	**37.385**	**412.069**	**(103.040)**	**1.748.891**
					Circulante		**1.081.673**
					Não circulante		**667.218**

	31/12/2018	Adição	Pagamentos	Juros apropriados	Variação cambial	Outros	31/12/2019
							Consolidado
Aeronaves e motores	1.887.601	-	**(424.834)**	**40.750**	**68.718**	**(90.751)**	**1.481.484**
Bens imóveis	216.440	**1.979**	**(41.767)**	**30.516**	-	**18.982**	**226.150**
	2.104.041	**1.979**	**(466.601)**	**71.266**	**68.718**	**(71.769)**	**1.707.634**
					Circulante		**915.673**
					Não circulante		**791.961**

(a) Outros compõem provisão de *redelivery*, baixa de aeronaves e imóveis.

20.2 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo: Estão demonstrados abaixo os valores reconhecidos no resultado referentes aos itens isentos de reconhecimento pelo CPC 06(R2):

	Controladora e Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Despesas com arrendamento:		
Pagamentos totalmente variáveis (Nota 28)	**1.875.931**	**1.558.480**
Direitos de uso de baixo valor	**43.203**	**40.711**
	1.919.134	**1.599.191**

21. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Terceiros (a)	**176**	**184**	**3.067.577**	**3.326.442**
Partes relacionadas (Nota 25) (b)	**213**	**165**	**5.639.258**	**4.238.842**
	389	**349**	**8.706.835**	**7.565.284**

(a) Redução decorrente principalmente pela baixa operação devido ao COVID-19. (b) Aumento significativo pela valorização cambial do período.

22. RECEITAS DIFERIDAS

	31/12/2020	31/12/2019
		Consolidado
Transporte a executar	**2.088.793**	2.597.752
Direito de resgate de prêmios	**927.344**	909.278
Pacotes turísticos	**1.349**	1.896
	3.017.486	3.508.926

A receita de transporte a executar refere-se a passagens aéreas vendidas e não voadas, e que somente serão reconhecidas na demonstração do resultado quando a obrigação de desempenho for satisfeita, isto é, o transporte do passageiro for completado. Os valores registrados como direito de resgate de prêmios, referente ao Programa de Fidelidade, são avaliados pelo seu valor justo no momento do acúmulo, e reconhecimento da receita do *Breakage* conforme mencionado na Nota 4.17.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. **23.1 Processos com estimativa de perda provável:** A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída em acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019	(+) Provisão	(-) Reversão	(-) Pagamentos	(+/-) Atualização Monetária	31/12/2020
						Consolidado
Fundo aeroviário	352.840	-	-	-	**4.803**	**357.643**
Tributários e previdenciários	435.085	**454.953**	**(20.744)**	-	**64.295**	**933.589**
Cíveis	284.458	**421.905**	**(65.275)**	**(170.693)**	**60.120**	**530.515**
Trabalhistas	101.762	**185.194**	**(15.093)**	**(48.813)**	**10.446**	**233.496**
	1.174.145	**1.062.052**	**(101.112)**	**(219.506)**	**139.664**	**2.055.243**

	31/12/2018	(+) Provisão	(-) Reversão	(-) Pagamentos	(+/-) Atualização Monetária	31/12/2019
						Consolidado
Fundo aeroviário	342.615	-	-	-	**10.225**	**352.840**
Tributários e previdenciários	348.937	**112.503**	**(30.641)**	-	**4.286**	**435.085**
Cíveis	248.728	**238.039**	**(31.204)**	**(193.658)**	**22.553**	**284.458**
Trabalhistas	83.754	**98.201**	**(8.559)**	**(82.416)**	**10.782**	**101.762**
	1.024.034	**448.743**	**(70.404)**	**(276.074)**	**47.846**	**1.174.145**

(a) Fundo Aeroviário: A controlada TLA está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como "fundo aeroviário", recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a TLA não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à TAM Linhas Aéreas, revogando assim a medida cautelar. A controlada vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$357.644 (R$352.840 em 31 de dezembro de 2019), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R$441.339 em 31 de dezembro de 2020 (R$433.614 em 31 de dezembro de 2019). **(b) Contingências tributárias e previdenciárias:** (i) A controlada TLA apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. A variação ocorrida entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 trata-se de prescrição do período de abril a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$115.286 (R$113.692 em 31 de dezembro de 2019). (ii) A controlada TLA, em conjunto com outras empresas do setor aéreo, representadas pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias ("SNEA") ingressou com processo contra a União Federal para discutir o aumento de 72% dos valores de TAT-ADR (Tarifa de Controle de Aeródromo) e TAT-APP (Tarifa de Controle de Aproximação) imposto pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo ("DECEA"), que foi deferida liminar para que os valores referentes ao aumento sejam depositados em juízo como garantia no processo, tais valores estão sendo provisionados. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R$321.550 (R$257.768 em 31 de dezembro de 2019). (iii) Provisionamento referente a PIS/COFINS - Regime não cumulativo - Insumos - Tarifas de navegação - aérea pagas ao DECEA. A referida contingência deve-se ao fato de que o DECEA é órgão público e, por este motivo, não seria contribuinte do PIS e da COFINS. Os valores considerados como base mensalmente são referentes ao crédito de COFINS (7,60%) considerado na apuração referente este órgão e aplicado o rateio proporcional. Atualização da Selic foi realizada considerando a data de transmissão do documento de compensação do débito. Em 31 de dezembro de 2020 o valor total dessa provisão corresponde a R$ 147.875. Os demais processos não têm valores individuais relevantes. **(c) Contingências cíveis:** (i) No exercício de 2009, foi imposta uma multa à controlada ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A controlada ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R$ 114.134. De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do ne bis in idem que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R$ 42.658 (R$ 41.935 em 31 de dezembro de 2019). **23.2 Contingências com estimativa de perda possível:** A Companhia e seus controladas possuem processos, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. A posição das contingências possíveis está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
		Consolidado
Tributários	**5.082.022**	4.016.972
Trabalhistas	**1.646.353**	1.997.993
Cíveis	**192.056**	158.483
	6.920.431	6.173.448

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir: **(a) Contingências tributárias:** *Imposto Sobre Serviços:* A controlada LATAM Travel recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos comercializados; entretanto, a controlada entende que sua receita auferida refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda de pacotes turísticos. Assim, após a discussão na esfera administrativa e com o encerramento do processo, a LATAM Travel entrou com Ação Anulatória para discutir os débitos objetos dos autos de infrações. Em novembro de 2019, obteve-se decisão parcialmente favorável (cancelamento quase a totalidade dos Autos de Infração, remanescendo a discussão de um auto de infração - valor aproximado de R$200). Dessa sentença cabe recurso pelo Município de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dessa ação representa o montante de R$439.912 (R$383.787 em 31 de dezembro de 2019). *PIS e COFINS:* Em 19 de agosto de 2014, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela controlada TLA não estão diretamente relacionados com à atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total desse auto de infração é de R$270.356 (R$265.607 em 31 dezembro de 2019). Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$141.253, relacionado a compensação de créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de Per/dComp. Após publicação de acórdão que converteu o processo em diligência. Algumas compensações foram homologadas o que reduziu o valor original para R$ 65.090. A manifestação de inconformidade apresentada pela TLA foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total desses autos corresponde a R$107.738 (R$ 105.981 em 31 dezembro de 2019). *Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT"):* Em 29 de outubro de 2018, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R$457.152, em virtude de supostas irregularidades da controlada TLA referentes aos recolhimentos efetuados a título de contribuição previdenciária sobre o grau de incidência laborativa e riscos de acidente do trabalho (GILRAT - antigo "SAT"), nas competências 11/2013 a 12/2017. A Administração apresentou Impugnação Administrativa em 28 de novembro 2018, o qual aguarda julgamento perante a Delegacia da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total desse auto de infração é de R$498.250 (R$485.907em 31 dezembro de 2019). *Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"):* Nos exercícios de 2005 e 2006, a controlada ABSA foi autuada pelo valor de R$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de Importação ("II") e Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"). A controlada ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexiste norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com pedido de Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total dessa ação corresponde a R$46.122 (R$56.676 em 31 de dezembro de 2019). *Outros:* Em relação às outras contingências tributárias classificadas com prognóstico de perda possível, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas: • Em 08 de outubro de 2014 a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal referente a Contribuição ao Fundo Aeroviário do período de 01/2009 a 12/2010. Em 31 de dezembro de 2020, o valor deste processo é de R$ 88.519 (R$ 86.945 em 31 dezembro de 2019). • Em 20 de março de 2017, a TLA foi citada na execução fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança de débitos a título de CSLL referentes aos anos-calendário de 2004 a 2007, sendo que o processo aguarda a apresentação de defesa da controlada. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total desta ação é de R$ 88.519 (R$ 159.593 em 31 dezembro de 2019). • A controlada TLA foi citada num pedido de execução fiscal ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de débitos a título de ICMS e multas legais referentes aos anos-calendários de 1997 a 2001. Em 31 de dezembro de 2020, o valor desta ação é de R$ 39.357 (R$ 38.739 em 31 dezembro de 2019). • Em 29 de agosto de 2017, a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo multa aduaneira por descumprimento de obrigação acessória em declaração de importação. Em 31 de dezembro de 2020, o valor deste processo é de R$84.209 (R$ 82.269 em 31 dezembro de 2019). • Em 28 de dezembro de 2017, a TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo débitos de PIS e COFINS, referente ao ano de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, o valor deste processo é de R$129.537 (R$ 126.489 em 31 dezembro de 2019). • Em 12 de dezembro de 2019 a companhia tomou ciência do Auto de Infração para exigência de PIS e COFINS, apuradas em regime não cumulativo, em relação às apurações do ano calendário de 2014, decorrente da reapuração realizada pela empresa. Foi apresentada Impugnação Administrativa, o qual aguarda decisão. Em 31 de dezembro de 2020 o valor deste processo é de R$ 174.358. (R$ 170.402em 31 dezembro de 2019). Em relação ao incremento das contingências classificadas com o prognóstico de perda possível, destaca-se ainda o acréscimo de novos processos do contencioso tributário referente a despachos decisórios não homologando compensações efetuadas pela Companhia. **(b) Contingências trabalhistas:** No exercício de 2016, a controlada TLA recebeu reclamação trabalhista coletiva com pedido liminar proposta pelo Sindicato, cujo objeto é a fórmula utilizada pela empresa para a remuneração dos domingos e feriados trabalhados pelos aeroviários em regime de escala do aeroporto de Confins. Segundo o Autor, a TAM procede o cálculo em contrariedade ao que dispõe a legislação trabalhista. O Perito designado pelo Juízo concluiu que a empresa remunera os domingos/feriados trabalhados de forma simples e não dobrada. Atualmente, aguarda-se realização de audiência de instrução. Em 31 dezembro de 2020, o valor total dessa ação corresponde a R$63.266 (R$58.137 em 31 de dezembro de 2019). Com relação a variação no saldo de risco possível do contencioso trabalhista, o mesmo ainda tem o reflexo da reforma trabalhista adicionado a pandemia ocorrida em 2020 que afetou diretamente o andamento dos processos trabalhistas e consequentemente os casos classificados com risco possível. **(c) Contingências cíveis:** Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 24.1. Capital social: O capital social é de R$3.972.351 e está representado por 1.071.433.886 ações, sendo 395.464.812 ordinárias e 675.969.074 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Sociedade. **24.2 Ágio na aquisição de participação acionária em 2019:** Em 01 de junho de 2019, como resultado da incorporação da Multiplus S.A., a TLA registrou um aumento de capital social no montante de R$ 247.345 e o ágio gerado na aquisição do investimento foi transferido para o grupo de reservas de capital, reduzindo o patrimônio líquido da Companhia no montante de R$1.071.309, conforme divulgado na demonstração financeira individuais e consolidadas de 2019.

25. PARTES RELACIONADAS: No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação de manutenção e subarrendamento de aeronaves, compra e venda de pontos de programa de fidelidade, prestação de serviços de transporte aéreo e operações de mútuo baseadas em contrato. **25.1 Posições ativas com partes relacionadas:**

		Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ativo circulante					
Contas a receber:					
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	-	-	**4.445.130**	**3.676.528**
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**2.133.922**	**1.421.587**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**35.010**	**28.742**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**28.242**	**30.852**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**5**	5	**220.455**	**110.357**
		5	5	**6.862.759**	**5.268.066**
Adiantamento a fornecedores:					
LATAM Airlines Group S.A. (a)	Controladora indireta	-	-	**409.782**	**890.906**
		-	-	**409.782**	**890.906**
Demais contas a receber: (b)					
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**887.330**	**688.237**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**369.024**	**286.225**
LAN Pax Group S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**1.341.998**	**1.040.889**
		-	-	**2.598.352**	**2.015.351**
Total do ativo		**5**	5	**9.870.893**	**8.174.323**

(a) Adiantamento referente a *subleasing*. (b) Cessão de contas a receber de partes relacionadas (Nota 13).

25.2 Posições passivas com partes relacionadas

		Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Passivo circulante					
Fornecedores:					
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**213**	**165**	**3.294.116**	**2.722.583**
LAN Chile S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**1.830.760**	**1.174.549**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**20.266**	**22**
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	-	-	**293.917**	**190.458**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**89.067**	**80.787**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	-	**111.132**	**70.443**
Total do passivo circulante		**213**	**165**	**5.639.258**	**4.238.842**
Mútuos:					
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	**493.750**	**610.205**
TAM Linhas Aéreas S.A.	Controlada	**3**	**16.003**	-	-
Total do passivo circulante		**216**	**16.168**	**6.133.008**	**4.849.047**

		Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Passivo não circulante					
Mútuos:					
LAN Cargo Overseas Limited	Outras partes relacionadas	**2.978**	**2.978**	**2.978**	**2.978**
Más Investiment Ltd.	Outras partes relacionadas	-	-	**7.534**	**5.844**
Total do passivo não circulante		**2.978**	**2.978**	**10.512**	**8.822**
Total do passivo		**3.194**	**19.146**	**6.143.520**	**4.857.869**

O aumento observado nos saldos de ativos e passivos é decorrente da valorização do câmbio do período (Nota 4.20) para os processos mantidos em moeda estrangeira.

25.3 Transações com partes relacionadas:

		31/12/2020	31/12/2019
			Consolidado
Vendas de espaço para cargas:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**431.003**	**657.396**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**215.802**	**130.123**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**57.319**	**25.880**
Prestação de serviços com transporte de passageiros:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**1.069.799**	**2.713.904**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	**1.520**	-
Receita com pontos e resgates award			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**69.069**	**159.872**
Custo com pontos award			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**(83.161)**	**(176.782)**
Custos com compra de espaço:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**(44.375)**	**(91.842)**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**(20.053)**	**(9.052)**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**(29.688)**	**(40.724)**
Outras receitas operacionais:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**17.854**	**11.916**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	**682**	**6.067**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	**1.883**	**5.496**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**4.474**	**5.409**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**2.163**	**2.039**

		31/12/2020	31/12/2019
			Consolidado
Outras despesas operacionais:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**(99.745)**	**(85.215)**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**(56.153)**	**(38.212)**
LAN Cargo Repair Station	Outras partes relacionadas	**(17.206)**	**(22.772)**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	**(2.087)**	**(2.440)**
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	Outras partes relacionadas	**(407)**	**(3.613)**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	**(1.636)**	**(5.955)**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**(16.778)**	**(1.828)**
Arrendamento:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**(1.808.158)**	**(1.664.105)**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**(63.732)**	**(62.773)**
Resultado financeiro:			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	**174.437**	**(47.060)**
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	**185.594**	**(14.046)**
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	**(141.435)**	**(71.594)**
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	**3.186**	**2.105**
LATAM Finance Limited	Outras partes relacionadas	**-**	**8.364**
LAN Pax Group S.A.	Outras partes relacionadas	**301.108**	**14.139**
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	**(5.545)**	**3.675**

25.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários. A remuneração do pessoal-chave é significativamente influenciada pelo plano de remuneração variável vinculado às ações da LATAM. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com essas remunerações foram de R$13.073 (R$18.053 em 31 de dezembro de 2019).

26. RECEITA OPERACIONAL: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
		Consolidado
Receita bruta:		
Transporte de passageiros (a)	**6.726.466**	17.940.346
Transporte de cargas (a)	**1.713.722**	1.778.126
Programa Fidelidade	**848.194**	867.645
Outras receitas	**356.959**	416.242
	9.645.341	21.002.359
(-) Impostos e outras deduções (a)	**(272.998)**	(639.284)
Receita líquida	**9.372.343**	20.363.075

(a) Redução das receitas devido à queda acentuada nas operações por conta da COVID-19.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
		Consolidado
Custo dos serviços prestados:		
Pessoal	**1.878.778**	2.838.164
Combustível	**2.558.252**	6.056.796
Depreciação e amortização	**294.556**	354.324
Manutenção e reparos	**1.825.993**	1.760.729
Seguro de aeronaves	**65.273**	49.128
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	**830.809**	1.483.885
Arrendamento mercantil	**1.875.931**	1.693.365
Serviços de terceiros	**709.177**	1.273.674
Custo com compra de pontos	**24.023**	67.892
Outras	**1.095.655**	1.115.260
	11.158.447	16.693.217
Despesas com vendas:		
Pessoal	**103.184**	159.923
Depreciação e amortização	**34.218**	22.909
Serviços de terceiros	**201.021**	283.384
Vendas e marketing	**422.762**	999.477
Outras	**140.429**	144.528
	901.614	1.610.221
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	**77.630**	154.639
Depreciação e amortização	**71.999**	86.312
Serviços de terceiros	**337.852**	186.120
Manutenção e reparos	**37.390**	48.009
Processos cíveis, trabalhistas e tributários	**469.798**	98.347
Outras	**88.877**	176.471
	1.083.546	749.898

As variações apresentadas refletem o impacto na redução das operações oriundos da pandemia Covid-19, conforme Nota 1.1

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
		Consolidado
Receitas:		
Outras	**48.631**	75.562
Despesas:		
Outros gastos com serviços prestados	**(129.083)**	(13.030)
Baixa de ativos intangíveis (Nota 18)	**(282.677)**	-
Resultado não realizado de *hedge accounting* (b)	**(293.852)**	-
Outras	**(25.188)**	(286)
	(682.169)	62.246
Resultado com reestruturação(a)		
Efeito de resultado por descontinuidade de frotas	**405.008**	-
Provisão para plano de desligamento	**(285.385)**	-
	119.623	-

(a) Resultado com reestruturação: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme indicado na Nota 1.1, a Companhia reconheceu uma provisão para reestruturação considerando todos os impactos relacionados ao evento da reorganização das operações, que inclui o programa de demissões voluntárias de funcionários, demissões para adequação a nova demanda do mercado e reversão de provisão de manutenção por devolução de aeronaves. Devido os impactos do COVID - 19 nas operações da LATAM, foram devolvidas dezesseis aeronaves entre maio 2020 e dezembro 2020 criando um efeito positivo da descontinuidade decorrente da reversão da provisão de *lease rejection* (R$ 510.000). Adicionalmente, a Companhia realizou uma análise do plano de frota, o qual foi discutido sobre a descontinuação de outra frota em 2021 (a Companhia realizou a provisão referente a componentes rotáveis no montante de R$ 95.000). *(b) Hedge accounting não realizado:* Em 31 de março de 2020, a Companhia descontinuou a aplicação da política de *hedge accounting* para os contratos de proteção de combustível que se encontravam vigentes na data-base, em decorrência da queda acentuada nas operações por conta da COVID-19. A transferência de saldos da marcação a mercado, que se encontrava no patrimônio líquido, para o resultado do período, bem como a classificação contábil no grupo de "Outras receitas e despesas operacionais", está em conformidade com as políticas contábeis de descontinuação da estrutura de *hedge accounting* da Companhia e do Grupo LATAM. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve o mesmo procedimento adotado nos trimestres anteriores.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receitas financeiras:				
Receita de juros	**741**	646	**40.901**	89.712
Outras receitas financeiras	**-**	-	**76.906**	62.166
	741	646	**117.807**	151.878
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(154.284)**	(70.410)
Outras	**(188)**	(15.476)	**(298.132)**	(180.239)
	(188)	(15.476)	**(452.416)**	(250.649)
Variação cambial líquida	**(48)**	(7)	**49.582**	(284.400)
Resultado financeiro líquido	**505**	(14.837)	**(285.027)**	(383.171)

30. COMPROMISSO: A Companhia e suas controladas não mantêm contratos de crédito que estabeleçam limites para indicadores financeiros da Companhia ou de suas controladas, com exceção do detalhado a seguir: Em relação à linha de crédito renovável comprometida ("Linha de Crédito Rotativo") estabelecida com um consórcio de doze bancos liderados pelo Citibank, com garantias para aviões, motores, peças sobressalentes e suprimentos por um valor total comprometido de R$ 3.119 bilhões (US $ 600 milhões), inclui restrições de liquidez mínima, medida a nível de grupo consolidado (nível mínimo de R$ 3.898 bilhões, aproximadamente US$ 750 milhões), sendo que as Companhias, em conjunto, Latam Airlines Group SA e TAM Linhas Aéreas S.A. precisam apresentar uma liquidez mínima de R$ 2 bilhões, aproximadamente US$ 400 milhões. O cumprimento dessas restrições é um precedente para o uso da linha; se a linha for utilizada, as referidas restrições devem ser informadas trimestralmente, e o descumprimento dessas restrições acarreta em aceleração de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, essa linha de crédito está totalmente utilizada. Em 31 de dezembro de 2020, a LATAM Airlines Grupo S.A. e TAM Linhas Aéreas S.A. cumprem com todos os indicadores financeiros detalhados acima. Por outro lado, os contratos de financiamento da Companhia geralmente estabelecem cláusulas relacionadas a mudanças na estrutura de propriedade e na controladora e alienação dos ativos (que se refere principalmente a transferências importantes de ativos). De acordo com a Seção 362 do Código de Falências, dos Estados Unidos, a apresentação de petições voluntárias de falência suspendeu automaticamente a maioria das ações contra os Devedores, incluindo a maioria das ações para cobrar dívidas contraídas antes da data da petição ou para exercer controle sobre a propriedade dos Devedores. Consequentemente, as contrapartes não podem tomar qualquer medida como resultado de tais violações alegadas. Especificamente, os contratos de financiamento da Companhia geralmente estabelecem que o ajuizamento de processos de falência ou procedimentos semelhantes constituem um "Evento de Inadimplemento", que são inaplicáveis nos termos do Código de Falências. Até o momento, a Companhia não recebeu notificações de rescisão de contratos de financiamento, em razão da hipótese de inadimplência. As obrigações da LATAM para com os credores do Financiamento DIP gozam de uma superpreferência administrativa reconhecida de acordo com o Capítulo 11 do Código de Falências dos Estados Unidos da América com relação às demais obrigações, da Companhia e suas controladas que recorreram ao procedimento previsto no Capítulo 11 ("Subsidiárias afetadas"). Da mesma forma, a fim de garantir os créditos do Financiamento DIP, a TSA e suas subsidiárias apresentaram como garantias os itens a seguir: (i) Garantia pessoal, na qualidade de corresponsáveis pelo pagamento do Empréstimo DIP; (ii) alienação fiduciária das ações da TAM Linhas Aéreas, ABSA, Fidelidade, Prismah, Multiplus Corretora e TP Franchising e o penhor da totalidade das ações da TSA; (iii) direito de créditos decorrentes dos recebíveis de contratos; e (iv) alienação fiduciária de imóveis relativos a bens de propriedade da Tam Linhas Aéreas S.A..

31. EVENTOS SUBSEQUENTES: Chapter 11: Em 27 de janeiro de 2021, o Tribunal de Falências do Distrito Sul de Nova York aprovou a prorrogação do período de apresentação, de maneira exclusiva, do plano de reorganização financeira solicitado pela Latam em 12 de janeiro. Dessa forma, agora, o Grupo LATAM tem como prazo 30 de junho de 2021 para apresentar seu plano. Em 29 de janeiro de 2021, a TAM Linhas Aéreas S.A recebeu o valor de US$ 20 milhões, equivalente a R$104 milhões e em 26 de fevereiro foi recebido o valor de US$ 31 milhões equivalente a R$ 160 milhões. A Companhia recebeu o valor citado, via liquidação de contas a receber com partes relacionadas. Em 29 de janeiro de 2021, de acordo com o *Chapter 11*, o Tribunal dos Estados Unidos do Distrito Sul de Nova York aprovou em favor do Grupo LATAM Airlines uma moção para devolver duas aeronaves A320 registradas na TAM Linhas Aéreas S.A. sob contratos de subarrendamento com a LATAM Airlines Group S.A. DECEA: Em janeiro de 2021, foi definido o contrato de parcelamento do DECEA (faturas correspondentes a Tarifas de Navegação Aérea devidas pela utilização das instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea no espaço aéreo brasileiro) para as controladas da Companhia (TAM Linhas Aéreas S.A. - R$ 193 milhões, ABSA Aerolinhas Brasileiras - R$25 milhões), a primeira parcela de pagamento ocorreu em 12 de janeiro de 2021. A Companhia até 31 de dezembro de 2020 mantinha o saldo contabilizado em contas a pagar. Aprovação CADE: Em 24 de fevereiro de 2021a LATAM e a Delta Air Lines receberam do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) no Brasil a aprovação sem restrições para o seu acordo comercial ("trans-American Joint Venture Agreement" ou "JVA"), após a sua aprovação inicial em setembro de 2020. Mandados de busca e apreensão: Em 03 de fevereiro de 2021, autoridades do Ministério Público do Estado de São Paulo, através de mandados de busca e apreensão, solicitaram informações financeiras e contábeis na sede da Tam Linhas Aéreas S.A., referente a prestações de serviços de fornecedores durante o período de 2012 a 2014, a Companhia entregou todas as informações disponíveis. Parte das informações solicitadas já haviam sido entregues a Receita Federal durante o terceiro trimestre de 2017. A Companhia continuará a cooperar com as autoridades competentes sempre que seja requerida.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva em 05 de março de 2021.

DIRETORIA

Jerome Paul Jacques Cadier - Diretor-Presidente
Felipe Ignacio Pumarino Mendoza - Diretor Financeiro

Adriana Ferreira Farias Sivieri Arbex
Gerente de Controladoria - CRC 1SP - 257816/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e Administradores da **TAM S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo individual e consolidado de R$5.543.847 mil e R$5.544.290 mil, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, nessa data, possui passivo a descoberto individual e consolidado de R$1.964.212 mil, enquanto que o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado em R$3.706.037 mil. Desde março de 2020, a Companhia registra redução significativa no volume de venda e no transporte de passageiros, advindo dos efeitos adversos causados pela pandemia da COVID-19, além do fato de diversos países aonde a Companhia opera, terem proibido voos comerciais e/ou imposto restrições de voos, conforme descrito na referida nota explicativa. Em resposta aos eventos mencionados anteriormente, também descritos na Nota Explicativa nº 1.1, a Administração da Companhia vem tomando ações para redução de seus custos diretos e de proteção de caixa para honrar seus compromissos financeiros, sendo tomada a medida de ingressar com pedido de recuperação judicial, via petição voluntária, em 9 de julho de 2020, no Tribunal de Falências dos Estados Unidos da América. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas dependem substancialmente da aprovação do plano de reorganização pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos da América e de seus credores. Esses eventos ou condições, dentre outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.1., indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e/ou de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Ênfase: Mandados de busca e apreensão:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sobre mandados de busca e apreensão, cumprido pelas autoridades públicas nos escritórios da controlada TAM Linhas Aéreas S.A., ocorrido em 3 de fevereiro de 2021. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes da investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2021.

Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5